

GEOGRAFIA HUMANA II: LEITURAS SOBRE O TERRITÓRIO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Aloizio Mercadante

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO
DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
Jean Marc Georges Mutzig

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
DIRETOR DO CAMPUS CEDETEG: Juliano Tadeu Vilela de Resende
VICE-DIRETORA DO CAMPUS CEDETEG: Sonia Maria Kurchaidt
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP: Marcos Ventura Faria
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS/GUARAPUAVA

DIRETOR: Jorge Luiz Favaro
VICE-DIRETOR: Luiz Gilbereto Bertotti

CHEFIA DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA/GUARAPUAVA

CHEFE: Sérgio Fajardo
VICE-CHEFE: Sandra Lucia Videira Góis

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E PESQUISA NA
CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

COORDENADOR DO CURSO: Lisandro Pezzi Schmidt
COORDENADOR DE TUTORIA: Aparecido Ribeiro de Andrade

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Klevi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

PIERRE COSTA
MÁRIO ZASSO MARIN

GEOGRAFIA HUMANA II: LEITURAS SOBRE O TERRITÓRIO

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Daniela Leonhardt
Maria Cleci Venturini
Soely Bettes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Luiz Fernando Santos

CAPA
Espencer Ávila Gandra

GRÁFICA UNICENTRO
180 exemplares

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz
Bibliotecária Responsável: Vânia Jacó da Silva CRB 1544-9

Costa, Pierre
C837g Geografia humana II: leituras sobre o território / Pierre Costa, Mário Zasso
Marin.– Guarapuava: Unicentro, UAB, 2015.
97 p.

Bibliografia

1. Geografia Humana. 2. Evolução Demográfica. 3. Território. 4. Políticas Territoriais. 5. Brasil. I. Título.

CDD 20. ed. 304.809

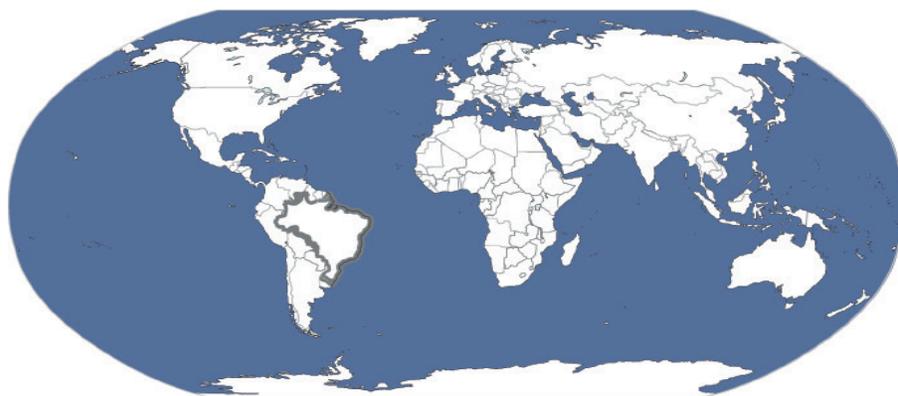
Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA MUNDIAL, BRASILEIRA E PARANAENSE	15
FASES DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO MUNDIAL	16
CONCEITOS RELEVANTES E NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL	25
NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA PARANAENSE	30
CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	39
A TECNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO	40
ESTADO BRASILEIRO E POLÍTICA ECONÔMICA – 1930-2010: BREVES NOTAS	44
ERA VARGAS – 1930-45 E 1951-54	45
POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO JK (1956-60)	51
OS ANOS CRÍTICOS: 1962-64	56
DITADURA MILITAR, POLÍTICAS TERRITORIAIS E REDEMOCRATIZAÇÃO	58
ERA LULA (2003-10): AVANÇOS E RETROCESSOS	60

CAPÍTULO III - A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA	69
A DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA RURAL NO BRASIL	69
MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO	77
A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS EFEITOS	83
SOBRE OS AUTORES	91
REFERÊNCIAS	93

GEOGRAFIA HUMANA II LEITURAS SOBRE O TERRITÓRIO



*A dimensão política do processo de desenvolvimento é incontornável. O avanço social dos países que lideram esse processo não foi fruto de uma evolução automática e inercial, mas de **pressões políticas da população**. São essas que definem o perfil de uma sociedade, e não o valor mercantil da soma de bens e serviços por ela consumidos ou acumulados. (grifo nosso). O verdadeiro desenvolvimento – não o ‘crescimento econômico’ que resulta da mera modernização das elites – só pode existir ali onde houver um projeto social subjacente. É só quando prevalecem as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento. (grifo nosso)*

CELSO FURTADO. MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO, ENVIADA PARA A INAUGURAÇÃO DA UNCTAD¹ EM JUNHO DE 2004 NA CIDADE DE SÃO PAULO.

1 Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

A proposta desta obra é possibilitar uma leitura – calcada na corrente da geografia crítica – a respeito de alguns temas selecionados da geografia humana; os quais versão sobre: geografia da população; evolução do território e questão agrária brasileiros. Os autores contam com uma experiência de magistério de vinte anos nos ensinos fundamental, médio e superior. Ressaltamos que o presente livro não aborda todos os elementos pertinentes às temáticas selecionadas, sendo um dos motivos a rigurosidade do tempo capitalista.

A respeito das heranças do processo de ocupação do território nacional, ressaltamos que o Brasil detém três heranças principais, sob o viés da história da ocupação humana e econômica do seu vasto território (ARAÚJO, 2013, 157-158):

- A primeira é a acentuada concentração nos espaços litorâneos: numa faixa de 100 km (partindo da costa para o interior) temos uma concentração de 70% da população. Aumentando essa faixa para 200 km, apresenta-se uma aglutinação de 80% dos brasileiros. Essa concentração possui uma explicação histórica: a divisão administrativa do território em Capitâneas Hereditárias, das quais se originaram as províncias e os estados do Brasil contemporâneo. Acrescenta-se que, excetuando o período do Ouro, os outros principais períodos econômicos nacionais (pau-brasil, cana-de-açúcar, café e

industrialização) foram sitiados nessa faixa de até 200 km (partindo da costa para o interior). Portanto, “[...] a região litorânea brasileira concentrou a população, as principais cidades (ver tabela 1), a base produtiva e, conseqüentemente, a infraestrutura e as instituições produtoras de conhecimento (a maioria das universidades e dos centros de pesquisa do país).” (ARAÚJO, 2013, p. 158). Ademais, observamos que, nos últimos vinte e cinco anos, acentua-se um processo mais efetivo de ocupação do interior do território nacional;

- A segunda herança é a diversidade regional: a construção do território nacional baseou-se em um espaço que abriga seis biomas diferentes, nos quais se formaram, ao longo da história, polos produtivos também distintos: o complexo açucareiro, o da mineração, o cafeeiro, o algodoeiro, o pecuário, o de pecuária extensiva etc. Cada um construiu suas peculiaridades: o Nordeste açucareiro é muito distinto do Sudeste cafeeiro, o Nordeste algodoeiro é muito diferente do Sul pecuário, e assim por diante;
- A terceira herança é a da desigualdade regional: é uma herança que aumentou fortemente no século XX, quando o país consolidou sua inserção como país semiperiférico no sistema mundo, rompendo com sua tradição primário-exportadora para situar uma das mais relevantes e diversificadas bases industriais do planeta Terra.

Nessa trajetória exitosa, no entanto, ousou concentrar cerca de 80% do valor da transformação industrial numa única região: o Sudeste. E quase 45% da indústria foi instalada na atual região metropolitana de São Paulo. Um padrão de concentração econômica desse porte, registrado em 1970, dificilmente é encontrado no mundo. (ARAÚJO, 2013, p. 158).

Confira a tabela na página seguinte.

TABELA 1. POPULAÇÃO DAS CIDADES COM MAIS DE 1 MILHÃO DE HABITANTES – BR – 2000 E 2010

Cidades/País	População (em milhões)		Taxa de crescimento (%)
	2000	2010	
BRASIL	169.590.693	190.755.799	12,48
1º São Paulo	10.434.252	11.244.369	7,76
2º Rio de Janeiro	5.857.904	6.323.037	7,94
3º Salvador	2.443.107	2.676.606	9,56
4º Brasília 	2.051.146	2.562.963	24,95
5º Fortaleza	2.141.402	2.447.409	14,29
6º Belo Horizonte	2.238.526	2.375.444	6,12
7º Manaus 	1.405.835	1.802.525	28,22
8º Curitiba	1.587.315	1.746.896	10,05
9º Recife	1.422.905	1.536.934	8,01
10º Porto Alegre	1.360.590	1.409.939	3,63
11º Belém	1.280.614	1.392.031	8,70
12º Goiânia	1.093.007	1.301.892	19,11
13º Guarulhos	1.072.717	1.222.357	13,95
14º Campinas	969.396	1.080.999	11,51
15º São Luís (MA)	870.028	1.011.943	16,31
Total	36.228.744	40.135.344	10,78

FONTE: IBGE. CENSOS DEMOGRÁFICOS, 2000 E 2010.

ELABORAÇÃO: COSTA E MARIN, 2015.

 SUBIU DE POSIÇÃO DE 2000 PARA 2010.

Analisando a tabela 1, observamos que o Brasil, em 2010, detinha quinze cidades com mais de um milhão de habitantes. Apenas esses 15 municípios (do total de 5.565 municípios)² concentram 21,04% da população brasileira (40.135.344 habitantes). Destacamos que a maioria deles está localizada nas faixas de até 200 km (partindo da costa para o interior); corroborando, dessa forma, a herança da acentuada concentração nos espaços litorâneos – do processo de ocupação do território nacional.

Para realizarmos uma leitura da geografia humana sobre os temas – a evolução demográfica mundial, brasileira e paranaense; a construção do território nacional e a questão agrária brasileira – este livro está dividido em 3 capítulos.

O capítulo I aborda as seguintes temáticas: as fases de crescimento demográfico mundial; os conceitos relevantes e notas sobre a evolução demográfica no Brasil e notas sobre a evolução demográfica paranaense. O intuito aqui é compreender a dinâmica populacional (paranaense, brasileira e mundial) e a migração como mobilidade do trabalho.

O capítulo II traz, inicialmente, versa sobre a tecnificação do território brasileiro. Em seguida abordamos breves notas sobre o Estado brasileiro e política econômica – 1930-2010. O intento aqui é apresentar as principais

² Em 2013, o Brasil tinha 5.570 municípios (IBGE).

políticas territoriais e explicar a dinâmica socioeconômica e a diversidade regional do Brasil.

No último capítulo os objetivos são: analisar as causas e consequências da estrutura fundiária concentrada; debater o processo de reforma agrária, o papel e importância dos movimentos sociais rurais no Brasil e discutir a implantação da modernização da agricultura e seus efeitos. Para isso serão abordados os seguintes conteúdos: estrutura fundiária brasileira; movimentos sociais rurais no Brasil e modernização da agricultura brasileira.

Terminando, agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o apoio financeiro para a realização deste livro.



CAPÍTULO I: EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA MUNDIAL, BRASILEIRA E PARANAENSE

Para Balán (1974), os deslocamentos populacionais registrados no país, do fim do século XIX até os anos 1930, compreenderam migração de escravos, imigração estrangeira, migração interregional, de mão-de-obra livre, migração para áreas de economia de subsistência, migração livre voltada para produção de borracha na Amazônia e migração de negros libertos, substituídos por imigrantes estrangeiros. O autor conclui que, particularmente no final do século XIX, a migração era altíssima e, talvez a mais alta em toda a história contemporânea do país.

ELZA BERQUÓ – EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA.

FASES DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO MUNDIAL

A primeira fase do crescimento demográfico mundial vai até mais ou menos 1780³. Essa fase é caracterizada por:

- Crescimento lento, com alta natalidade (necessidade de defesa e aumento da importância) e alta mortalidade (ocasionada por: pestes, guerras, longos períodos de fome, ausência de serviços médicos e saneamento adequado e penosas condições de trabalho);
- Maior parte da população vivia no campo;

A segunda fase vai de mais ou menos 1780 até a Segunda Guerra Mundial (1939-45). A primeira Revolução Industrial e o processo de urbanização em voga melhoraram as condições de vida e sobrevivência da humanidade, ocasionando assim um aumento da expectativa de vida. Um aspecto geográfico relevante dessa fase é que a Europa foi o centro dispersor de população para o mundo, notadamente para a América e periferia da África e Ásia. Ademais, nessa fase, os progressos da engenharia e da medicina atingem os países centrais. Foi nessa fase, mais precisamente em 1804, que a população mundial atingiu 1 bilhão de habitantes (vide gráfico 1).

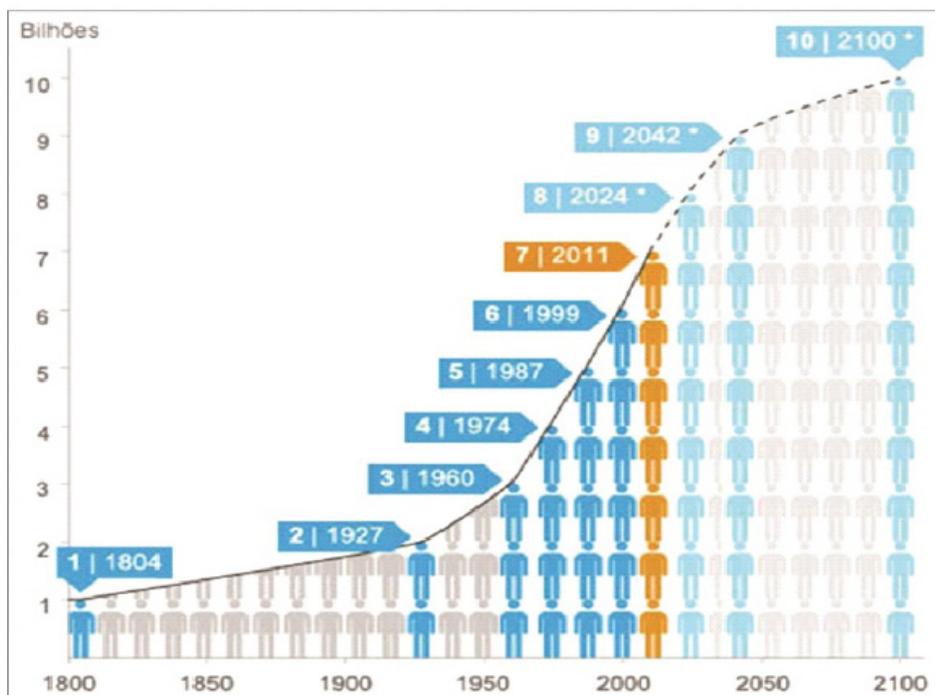


GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO MUNDIAL – 1800 – 2100.

FONTE: FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.

³ Época da Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra.

Observamos que, no início dessa fase, a Europa vivia uma época de urbanização, cercamento dos campos e a substituição da agricultura pela pecuária bovina. É nesse contexto que surge a **Teoria de Malthus**, que previa crescimento da população em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética, desencadeando políticas restritivas de natalidade na Inglaterra e na França. Outros acontecimentos relevantes dessa fase são: a) redução do crescimento da população europeia no final do século XIX/início do século XX; b) o processo de dependência das colônias se acentua nessa época, provocando desigualdades econômicas.

Abrindo um parêntese nas fases de crescimento demográfico mundial e analisando o gráfico 1, constatamos que demorou 123 anos para a população alcançar os 2 bilhões de habitantes, em 1927. Após 33 anos, em 1960, ela atingiu os 3 bilhões. Em 1974, 14 anos mais tarde, a população chegou aos 4 bilhões de pessoas. Mais 13 anos, em 1987, alcançou os 5 bilhões. Em 1999, após 12 anos, a população mundial atingiu os 6 bilhões. E, novamente 12 anos mais tarde, em 2011, chegou-se aos 7 bilhões de pessoas no planeta Terra. Concluímos, portanto, que no período entre 1960 a 2011, a população mundial aumenta 1 bilhão de pessoas, aproximadamente, a cada 13 anos; significando um **crescimento exponencial**. Continuando, a população deverá atingir 9,3 bilhões em 2050 e 10 bilhões em 2100, segundo a projeção média da Divisão de População da ONU (vide gráfico 1).

A terceira fase inicia-se após a Segunda Grande Guerra e continua até 1989. Nessa fase, acentuam-se as desigualdades, pois os países centrais apresentam natalidade em declínio e mortalidade baixa. Já os países periféricos e semiperiféricos são atingidos pela difusão da bioquímica e melhoria das condições de higiene e técnicas de saneamento, ocasionando, dessa forma, uma redução da mortalidade e provocando uma exponencial expansão do crescimento populacional (ver gráfico 1).

Com esse contexto, os países centrais passaram a temer um número exagerado de pessoas pobres (famintas) no chamado terceiro mundo.⁴ Surge, então, a Teoria Neomalthusiana, que pregava que um aumento da renda per capita (RPC) geraria uma ampliação do nível de desenvolvimento socioespacial. Entretanto, tal afirmativa não é verdadeira, pois a RPC não reflete a estrutura social de um país ou região.

Ressaltamos que essa teoria, apoiada e difundida pelos países centrais, acabou provocando uma redução da natalidade nos países do terceiro mundo e, em alguns países, como no Brasil, um crescimento econômico que não se

4 Para aprofundamento da temática do terceiro mundo, recomendamos a leitura de LACOSTE, Yves. *Contra os antiterceiro-mundistas e contra certos terceiros-mundistas*. São Paulo: Ática, 1991.

transformou em desenvolvimento socioespacial, pois não houve melhoria sensível nos indicadores sociais.

Por último, temos a quarta fase que se inicia nos anos 1990 e continua até os dias atuais. Na Europa (principalmente o norte da Europa) e no Japão temos um processo de envelhecimento da população, crescimento vegetativo muito baixo ou até mesmo negativo (caso italiano)⁵. Outra característica dessa fase é o enorme contingente de refugiados (pessoas que não estão vivendo em sua cidade ou país natal), sendo atualmente 59,50 milhões (dados da ACNUR⁶ – 2014), devido, principalmente a guerras, questões étnicas ou religiosas.⁷

Os países semiperiféricos (de industrialização tardia) estão na fase do amadurecimento da população, na qual o número de adultos (20 a 60 anos) responde pela maior parcela da população, e, nas próximas décadas, passarão a enfrentar a questão do envelhecimento da população.

Do ponto de vista demográfico, uma população envelhece quando a taxa de crescimento da população considerada idosa é superior à da população jovem por um período sustentado de tempo. Como decorrência, modifica-se a estrutura etária, aumentando a participação relativa dos idosos no total da população, amplia-se a razão entre a população idosa e a jovem e a idade média da população se incrementa (MOREIRA, sem data, p. 2).

Uma curiosidade da quarta fase é o fato do acelerado crescimento da população indiana, que em 2010 já contava com 1.224.614 habitantes e que tem a previsão em 2050 de ultrapassar a população chinesa, passando a ser o país com a maior população mundial. Constatamos que a Índia sofre graves problemas sociais. Entre eles, podemos citar: a) alto nível de analfabetismo entre a população; b) milhões de moradores sem-teto, c) uma parte expressiva dos indianos vivendo em condições de pobreza e em condições precárias de habitação e infraestrutura. Em relação à China, observamos o rigoroso controle de natalidade mantido por um país que tinha 1.341.287 habitantes em 2010 (vide tabela 2).

5 Que será abordado no item 1.2.

6 Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, conhecido como a Agência da ONU para Refugiados. A sigla em inglês é: UNHCR.

7 Sobre a temática dos Refugiados ver: > VAINER, Carlos. A violência como fator migratório: silêncios teóricos e evidências históricas. Revista Travessia, maio-agosto de 1996, p. 5-9; > PÓVOA NETO, Helion. De todos os cantos da Terra: as migrações no mundo globalizado. Disponível em: www.cibergeo.org/agbnacional/documentos/textoaberto111.html. Acesso em 03/06/2015;

> COSTA, Antonio L. M. C. A saga recomeça. Carta Capital, São Paulo, 14/03/2007, p. 10-17; > UNHCR. Relatório World at war. Genebra: UNHCR, 2015. Disponível em http://unhcr.org/556725e69.html#_ga=1.37511136.1572255887.1434635664. Acesso em 18/06/2015.

TABELA 2. POPULAÇÃO DOS 20 PAÍSES MAIS POPULOSOS DO MUNDO – 1950, 2010, 2050 E 2100.

No	Países	1950 (milhões/ habs.)	Países	2010 (milhões/ habs.)	Países	2050 (milhões/ habs.)	Países	2100 (milhões/ habs.)
1	China	550.771	China	1.341.287	Índia	1.693.506	Índia	1.557.468
2	Índia	371.857	Índia	1.224.614	China	1.296.887	China	944.380
3	EUA	157.813	EUA	310.384	EUA	403.110	Nigéria	756.007
4	Rússia	102.702	Indo- nésia	239.871	Nigéria	393.434	EUA	478.047
5	Japão	82.199	Brasil	194.946	Indo- nésia	293.679	Tanzâ- nia	314.197
6	Indo- nésia	74.837	Paquis- tão	173.593	Paquis- tão	275.010	Paquis- tão	262.149
7	Alema- nha	68.376	Nigéria	158.423	Brasil	223.085	Indo- nésia	254.590
8	Brasil	53.975	Bangla- desh	148.692	Bangla- desh	194.444	Congo	212.000
9	Ingla- terra	50.616	Rússia	142.110	Filipinas	154.986	Filipi- nas	178.256
10	Itália	46.367	Japão	126.536	Congo	148.556	Brasil	178.134
11	França	41.832	México	113.423	Etiópia	144.488	Bangla- desh	157.410
12	Bangla- desh	37.895	Filipi- nas	93.261	México	143.308	Etiópia	149.043
13	Nigéria	37.860	Vietnã	87.848	Tanzânia	138.151	Sudão	127.604
14	Paquis- tão	37.542	Etiópia	82.985	Rússia	125.422	México	124.331
15	Ucrania	37.298	Alema- nha	82.302	Egito	123.464	Egito	123.464
16	Vietnã	28.264	Egito	81.121	Japão	108.552	Afega- nistão	114.045
17	Espanha	28.070	Irã	73.974	Vietnã	104.122	Rússia	110.472
18	México	27.866	Turquia	72.757	Turquia	91.718	Japão	91.364
19	Polônia	24.824	Tailân- dia	69.122	Sudão	90.895	Vietnã	82.992
20	Egito	21.514	Congo	65.966	Irã	85.551	Turquia	79.550
	Total	1.882.478	Total	4.883.215	Total	6.232.368	Total	6.295.503

FONTE: UN/ESA. WORLD POPULATION PROSPECTS: THE 2010 REVISION, 2011.

Analisando a tabela 2, constatamos que os 20 maiores países do mundo, em termos demográficos, têm apresentado variações ao longo do tempo. Em 1950, a China era o país mais populoso e possuía mais de 20% da população mundial. Em segundo lugar vinha a Índia, seguida pelos Estados Unidos (EUA), pela Rússia e pelo Japão, em quinto lugar. O Brasil aparecia em oitavo lugar. Antes do Brasil havia a Alemanha e adiante vinham outros três países da Europa Ocidental: Inglaterra, Itália e França.

Em 2010, a situação sofreu expressiva alteração. A China continuou em primeiro lugar, mas com pouco menos de 20% da população mundial. A Índia chegou junto e se aproximou do tamanho da população chinesa. Os EUA continuaram em terceiro lugar. A Indonésia passou para o quarto lugar e o Brasil para o quinto. A Alemanha caiu de sétimo para décimo quinto, enquanto os outros países europeus – Inglaterra, França, Itália, Ucrânia e Polônia – saíram da lista. A Rússia caiu do quarto para o nono lugar, enquanto o Japão caiu do quinto para o décimo. Ganharam destaque o Paquistão, Nigéria e Bangladesh.

Segundo Alves (2003), as projeções para 2050 demonstram que a Índia assumirá o primeiro lugar e a China – com cerca de 14% da população mundial – ficará em segundo lugar. Os EUA devem manter o terceiro lugar, mas Indonésia deve cair para o quinto, o Brasil para o sétimo e o Japão para o décimo sexto. A Alemanha – único país da Europa Ocidental na lista de 2010 – deve sair desta lista do G-20. Os países que devem apresentar os maiores ganhos de população são Nigéria (do 13º em 1950 para 4º em 2050), Paquistão (de 14º para 6º), Bangladesh (de 12º para 8º), além de Filipinas, Congo e Etiópia, que não estavam no G-20 em 1950 e devem assumir a 9ª, 10ª e 11ª posições em 2050.

Para 2100, a Índia deve manter o primeiro lugar com quase 16% da população mundial e a China deve manter o segundo lugar, mas com menos de 10% da população mundial. Os EUA devem cair para o quarto lugar, enquanto a Indonésia deve passar para o sétimo lugar, o Brasil para o décimo lugar, Rússia para 17º e Japão para 18º. Os grandes ganhos populacionais ocorrerão nos seguintes países: Nigéria (3º lugar), Tanzânia (5º) e República Democrática do Congo (8º).

O que chama atenção na lista dos 20 países mais populosos é que desde o ano 2010 somente dois países – EUA e Japão – possuem alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Embora Rússia já tenha diminuição da população e China e Brasil devam apresentar decréscimo nas próximas décadas, os maiores crescimentos demográficos vão ocorrer ao longo do século XXI nos países mais pobres e com menor nível de IDH. Isto pode jogar vários países na “armadilha da pobreza”, além de agravar os problemas ambientais. (ALVES, 2013, p.2, grifo no original).

Os próximos parágrafos serão baseados em no Relatório *World at War* (UNHCR, 2015).

Sobre a questão dos refugiados, observamos, segundo o citado relatório, que no mundo 59,5 milhões de pessoas estavam fora de seus locais de moradia até o final de 2014, devido, principalmente a guerras, questões étnicas ou religiosas. O índice abriga os números de refugiados (19,5 milhões), deslocados internos (38,2 milhões) e requerentes de asilo (1,8 milhão). As três nações com o maior número de refugiados, ou seja, que estão vivendo fora de sua cidade natal ou país são:

- Síria, com 11,5 milhões de refugiados (sendo que mais da metade vive em outros países);
- Afeganistão, com 2,6 milhões;
- Somália, com 1,1 milhão de pessoas refugiadas.

Confira texto complementar ao final deste capítulo (anexo).

A respeito do espraiamento da população no planeta Terra, observamos uma concentração:

- Nas regiões litorâneas e planícies;
- Nas chamadas metápoles;
- No continente asiático, abrangendo mais de 60% da população mundial. Isto é, aproximadamente de cada 4 pessoas que habitam o planeta Terra, 3 são asiáticos. Somente China e Índia juntos detinham, em 2010, 2.565.901 habitantes; ou seja, aproximadamente 37% da população mundial de 6,9 bilhões de pessoas;
- A partir de 2010, há predominância da população urbana sobre a rural;
- Sposito (2008, p. 52) define metápole⁸ como:

O conjunto de espaços nos quais habitantes, atividades econômicas e territórios estão integrados ao funcionamento do cotidiano de uma metrópole. Compreende centenas de milhares de habitantes, constituindo uma bacia única de emprego, de habitações ou de atividades e, sobretudo, de espaços muito heterogêneos e não necessariamente contíguos.

Inseridos nesse contexto, é interessante abordarmos os fatores de concentração e repulsão populacionais. Os primeiros são divididos da seguinte forma:

8 Termo cunhado por ASCHER, François. *Metápoles*. Paris: Odile Jacob, 1995.

- Fatores ligados a meio físico: a) clima favorável, sem extremos de temperatura ou umidade;⁹
- b) terrenos planos, onde encontramos uma alta concentração de população. Exemplos: planícies aluviais e os deltas dos rios, como Ganges (Índia e Bangladesh), Mekong (Vietnã) e Hoang-Ho, Yang Tse Kyang (ambos na China);
- Fatores ligados à organização espacial (presença humana): a) industrialização, a qual absorve população por meio de dois modos: pela necessidade de mão-de-obra e como mercado consumidor (exemplo: Nordeste dos EUA). Ressaltamos, que a partir dos anos 1970, a atividade industrial passou a empregar um número bem menor de pessoas devido à massificação dos processos de robotização, mecanização e informatização;
- b) agricultura intensiva por trabalho, sendo geralmente uma agricultura de subsistência não mecanizada, com uso intensivo de mão-de-obra e cuidados intensivos com o vegetal;
- c) especialização das cidades, atraindo população ainda que sazonalmente. Exemplos: cidades universitárias [Coimbra (Portugal), Vassouras (RJ), Viçosa (MG), Guarapuava (PR)]; cidades religiosas [Meca (Arábia Saudita), Aparecida (SP), Vaticano (cidade-Estado), Juazeiro do Norte (CE), Santiago de Compostela (Espanha)]; cidades turísticas [Ouro Preto (MG), Tiradentes (MG), Gramado (RS), Lapa (PR), Campos do Jordão (SP), São Joaquim (SC), diversas cidades praianas];
- Fatores físicos e humanos – localização geográfica favorável – algumas regiões atraem naturalmente mais população. Historicamente, o Homem sempre se posicionou nas regiões costeiras, pela facilidade do comércio, alimentação e pequena amplitude térmica anual;
- Fatores geopolíticos: foz dos rios ou pontos ou contatos entre os oceanos.
- Por outro lado, os fatores de repulsão da população são repartidos em:
- Ausência de chuvas: em algumas regiões da superfície terrestre não chove. Exemplos: a parte central dos desertos e nas regiões polares;
- Poucas chuvas: o limite pluviométrico mínimo para a existência da agricultura é de 400 mm/ano, independente da sua distribuição.

⁹ Não obstante, a maior parte da população mundial vive na zona temperada do Hemisfério Norte, onde o inverno é rigoroso.

As regiões áridas (desertos) e semiáridas¹⁰ são geralmente vazios demográficos e ocupadas por uma pecuária nômade de ovinos ou caprinos. Exemplos: Sertão nordestino brasileiro, Deserto da Patagônia (Argentina) e Deserto de Atacama (Chile) – vide figura 1;

- Frio intenso e continuado: nas regiões de alta latitude as temperaturas são negativas a maior parte do ano e, ademais, são regiões com baixa pluviosidade, sendo caracterizadas por baixíssima ocupação, onde predominam atividades extrativas de dois tipos: a) extrativa mineral – onde a manutenção da população é trazida de fora;
- b) extrativo animal – normalmente realizada por populações nativas que se adaptam ao meio ambiente local [captura de animais, pesca e pastoreiro (rena, ...)]. Como exemplo, podemos citar os Esquimós da Groelândia e ilhas árticas (Canadá);
- Altas altitudes e costas íngremes: são áreas de baixa ocupação por 2 motivos – rarefação do ar e frio severo. Outras questões relacionadas são o difícil acesso e a inclinação das encostas, que dificulta a agricultura. Como exceção, existem algumas regiões, onde os altiplanos¹¹ são ocupados, como por exemplo, no Peru, Bolívia e Tibet (ver figura 2);
- Florestas densas: são áreas de baixa densidade demográfica, por causa das árvores de grande porte (mata fechada) e da fraqueza dos solos. Como exemplo, podemos citar as florestas equatoriais da Amazônia, do Congo e da Indonésia.

10 Respectivamente, com chuvas de 0 a 250 mm/ano e 250 a 500 mm/ano. Ressaltamos, que através da técnica da irrigação, essas regiões podem se tornar agricultáveis. Como exemplo, podemos citar Israel e algumas áreas do Sertão nordestino.

11 São porções do solo emerso a grandes alturas, de superfície quase horizontal, ou seja, mais ou menos planos. No Chile e na Bolívia, os altiplanos estão situados numa altitude superior a 3.000 metros. Trata-se de planaltos entre alinhamentos de cordilheiras (GUERRA, Antônio T. e GUERRA, Antônio J. T. Novo dicionário geológico-geomorfológico. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p. 33).



FIG. 1

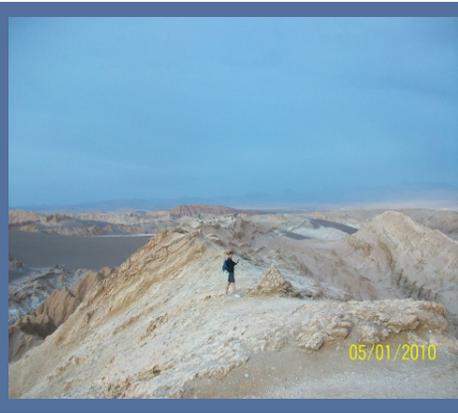


FIG. 2

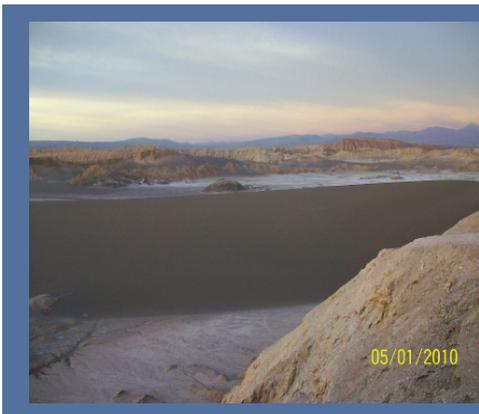


FIG. 3

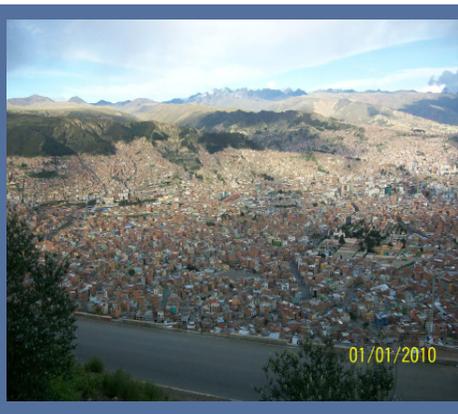


FIG. 4

FIGURAS 1, 2 E 3: VALLE DE LA LUNA – DESERTO DE ATACAMA (CHILE) – 2010.

FONTE: COSTA, P. 05/01/2010.

FIGURA 4: CIDADE DE LA PAZ, LOCALIZADA NO ALTIPLANO BOLIVIANO – 2010.

FONTE: COSTA, P. 01/01/2010.

A seguir, passaremos à análise dos conceitos importantes no estudo das questões populacionais e apontamentos a respeito da evolução demográfica nacional.

CONCEITOS RELEVANTES E NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL

Como **demografia** entendemos que é o estudo científico das populações humanas a fim de classificá-las e determinar a sua distribuição pelo território. Esse ramo utiliza três métodos básicos:

1. **Censos ou recenseamentos**: aplicação de um questionário nas residências. No caso brasileiro, é realizado de dez em dez anos, de “casa em casa”; de periodicidade regular desde 1940;
2. **Estimativas**: feitas por meio de levantamento e cálculos;
3. **Projeções**: realizadas com base nas tendências das taxas demográficas do país;

A população do país ou de uma região pode ser **absoluta** ou **relativa**. A primeira mostra o número total de habitantes; contados pelos censos ou pelas estimativas. Já a população relativa ou **densidade demográfica** é o número de habitantes por km², isto é, a relação entre a população e a área. Para obtermos esse resultado, precisamos dividir a população total pela área ocupada.

A **taxa de natalidade** é o número de nascimento em cada grupo de mil pessoas durante um ano. Já a **taxa de mortalidade** é o número de óbitos verificados a cada grupo de mil pessoas no mesmo período. A diferença dessas taxas constitui o **crescimento vegetativo ou natural**.

O aumento populacional de um país ou região acontece devido ao crescimento vegetativo, ou seja, pelo resultado entre a diferença da natalidade e mortalidade; e também pela imigração (representada pela entrada de estrangeiros) ou pelas migrações internas permanentes. Ressaltamos que alguns países, de população envelhecida, podem apresentar diminuição da população. Como exemplo, citamos a Itália.

A publicação anual de estatística italiana de 2006 mostra que, até 31 de dezembro de 2005, a população italiana era de 58.751.711 habitantes (28.526.888 homens e 30.224.823 mulheres), um aumento de quase 0,5% frente a 2004, impulsionado, principalmente, pelo fluxo migratório.

Em 2005, a taxa de natalidade ficou em 9,5 para cada mil habitantes (com 554.022 nascimentos), enquanto a de mortalidade foi de 9,7 para cada mil pessoas (com 567.304 mortes), o que significa uma taxa de crescimento natural negativa de 0,2%. Com uma esperança de vida de 77,2 anos para os homens e 82,8 para as mulheres, um em cada cinco italianos chega aos 65 anos de idade, segundo a mesma fonte. A proporção entre a população com mais de 65 e com menos de 14 anos passou de 137,8% em 2004 para 140,4%.¹²

12 PORTAL G1. Relatório apresenta estatísticas sobre a população italiana. Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1344526-5602,00-RELATORIO+APRESENTA+ESTATISTICAS+SOBRE+A+POPULACAO+ITALIANA.html>. Acesso em 02/06/2015.

Ou seja, a taxa de fecundidade da mulher italiana vem diminuindo década após década; estando em 2012 em 1,40 (BANCO MUNDIAL). A taxa de fecundidade consiste em uma estimativa do número médio de filhos que uma mulher tem ao longo da vida. Nesse sentido, esse indicador expressa a condição reprodutiva média das mulheres de um determinado país ou região.

A taxa de fecundidade da mulher brasileira caiu de 6,3 filhos (1960) para 1,90 filhos (2010) – IBGE (ver gráfico 2). Nas famílias mais pobres, a queda da fecundidade está muito relacionada à esterilização. As mulheres pobres têm dificuldade de acesso a informações e a serviços de contracepção, e muitas vezes acabam optando pela esterilização logo após o primeiro parto.

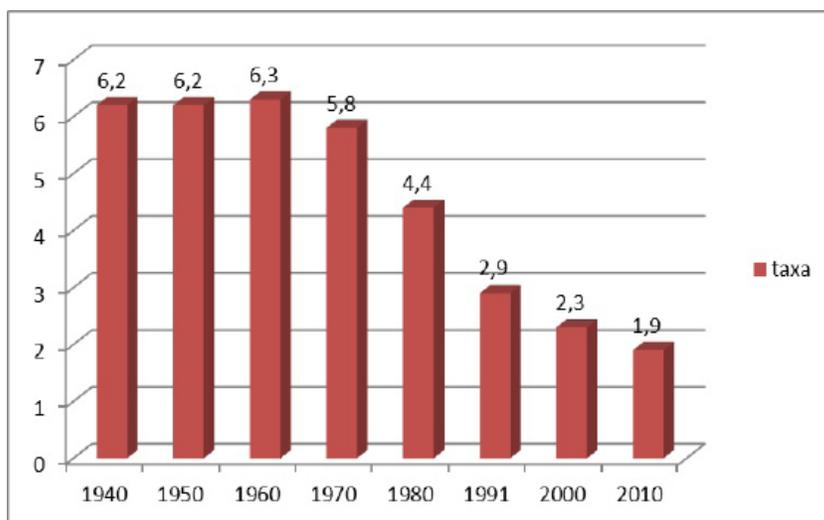


GRÁFICO 2. TAXA DE FECUNDIDADE DA MULHER BRASILEIRA – 1940-2010.

FONTE: IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO, 2010.

Em 1970 a mulher brasileira tinha, em média, 5,8 filhos. Trinta anos depois, essa média era de 2,3 filhos. No mundo, no final do século XX, a taxa de fecundidade era de 2,9 filhos por mulher. Nos países centrais esta taxa era de 1,5 e, nos países periféricos, em torno de 3,2.

Segundo a ONU¹³, a taxa média de fecundidade necessária para a reposição da população é de 2,1 filhos por mulher. Os dados da tabela a seguir mostram que, enquanto em muitos países essa taxa supera esse valor, em outros ela é inferior. Nesses casos, ou esses países incentivam a natalidade (caso dos Países Baixos, que na década de 1990 estava com crescimento populacional

13 Organização das Nações Unidas. Na prática, é a Organização dos Estados Nacionais, pois não reconhecem as nações sem Estados Nacionais reconhecidas por essa instituição. Como exemplo, podemos citar o caso dos Palestinos (nota dos autores).

negativo) e aceitam a entrada de imigrantes (caso da Itália), ou suas populações tendem a diminuir, como mostram projeções da ONU para 2050.

Nos últimos dez anos, a taxa de fecundidade das mulheres brasileiras caiu 20,1%. Em 2000, a média era de 2,38 filhos para cada mulher. Em 2010 essa média foi de 1,90, número considerado abaixo do nível que garantiria a substituições das gerações, que é de 2,1 filhos por mulher (IBGE, 2010). – vide figura 3 e gráfico 2.

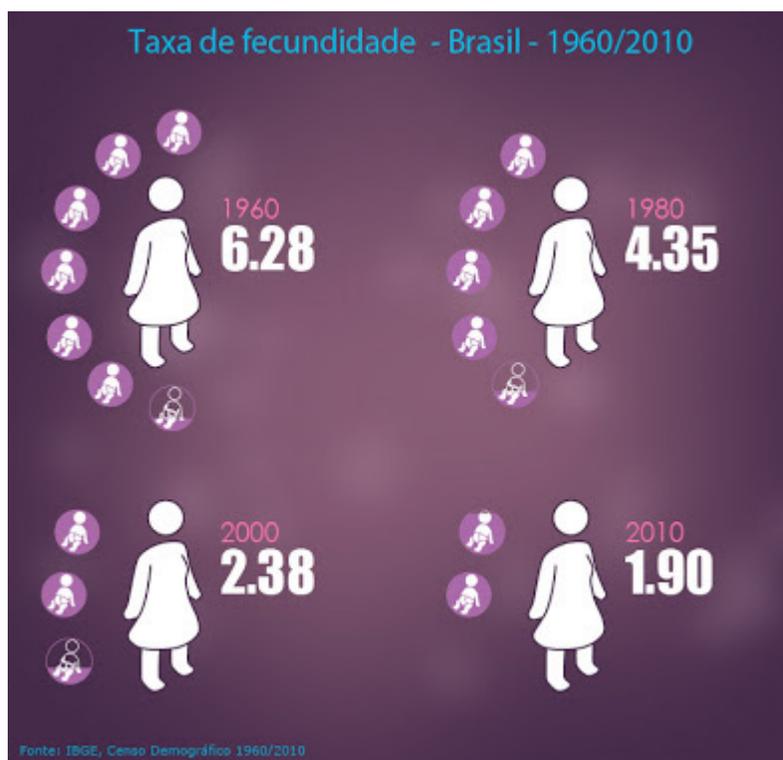


FIGURA 3. TAXA DE FECUNDIDADE DA MULHER BRASILEIRA – 1960- 2010.

FONTE: IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO, 2010.

No que diz respeito à diversidade populacional regional, cada região do Brasil mesclou, ao seu modo, os componentes étnico-culturais formadores da população nacional contemporânea, principalmente, os índios, os brancos europeus, os negros e os asiáticos. Tal miscigenação, com ascendências diferentes nas regiões, ocasionou uma interessante diversidade cultural, sendo um dos mais relevantes patrimônios do nosso país. O antropólogo Darcy Ribeiro (1995) foi um dos estudiosos que valorizou tal riqueza ao procurar compreender a formação do povo brasileiro, assim como o economista Celso Furtado, que progrediu na identificação das características formadoras da identidade nacional no distinto mosaico cultural:

Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, a um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. (FURTADO, 1992, p. 35).

Em relação à **transição demográfica**, observamos que ela retrata a passagem de padrões demográficos tradicionais (caracterizados por altos níveis de natalidade e mortalidade) para padrões modernos (baixos índices de natalidade e mortalidade). Essa transição aconteceu de modo muito diferenciado nos países centrais e tem sido objeto de intermináveis debates. Aqui, interessa verificar que, de modo geral, o declínio lento e gradual da mortalidade e da natalidade naqueles países refletiu, essencialmente, os progressos graduais ocasionados por expressivas transformações políticas, sociais e econômicas (MARTINE, 1989, p. 31).

Três aspectos diferenciam a transição demográfica de países como o Brasil e dos países europeus:

1. A maior intensidade do crescimento populacional durante a fase “explosiva” nos países de transição recente;
2. A maior velocidade da transição de padrões tradicionais para padrões modernos: o Brasil, assim como muitos outros países semiperiféricos e periféricos, está concentrando, em poucos decênios, mudanças que levaram de um a dois séculos para se materializar na Europa;
3. No Brasil a transição não se correlaciona tão diretamente, como no continente europeu, à extensão dos benefícios do desenvolvimento socioespacial a parcelas cada vez maiores da população. Isto é: os declínios da mortalidade e da fecundidade nos países de transição recente retratam transformações tecnológicas cuja execução ou utilização não necessitam vigorosamente uma modificação nas condições de vida ou nos valores e atitudes derivadas do desenvolvimento socioespacial.

Sobre a **mobilidade do trabalho**, Becker e Egler (1994, p. 178) comentam que:

A concentração do capital e o crescimento econômico não repousaram apenas na repressão salarial, mas também na extraordinária intensificação da mobilidade histórica dos trabalhadores. O processo migratório resultou não só na ampliação da margem de pobreza, mas na emergência de novas frações sociais que compõem o universo da sociedade capitalista. Simultaneamente, intensificaram-se a

rotatividade do emprego e a “polivalência”, isto é, o exercício de múltiplas tarefas ou múltiplos empregos por um mesmo indivíduo. (grifo no original)

Essa mobilidade espacial e social foi provocada pela modernização das empresas, por políticas trabalhistas explícitas, bem como políticas não explícitas; apresentando dois condicionantes relevantes:

- A atração desempenhada pelos espaços dinâmicos, com novas oportunidades de emprego e/ou acesso à terra, sobretudo no Sudeste, nas metrópoles e, secundariamente, na fronteira (Centro-Oeste e Amazônia);
- A modernização da agricultura que liberou a mão-de-obra rural em todo o país; retirando do Nordeste a quase exclusividade que possuía como fornecedor de migrantes;

Ressaltamos que a Revolução Verde/mecanização do campo financiada pelo governo, cujo melhor exemplo é o cultivo da soja, converteu o Paraná, de uma “fronteira móvel cafeeira” no maior exportador de mão-de-obra em apenas uma década (1970/80). A concentração da propriedade da terra derivada de sua valorização e do acesso diferenciado ao crédito culminou na expropriação violenta de pequenos produtores (parceiros, pequenos proprietários, posseiros, etc.).

Consequentemente, a mobilidade passou a ocorrer na escala nacional e fragmentou a estrutura de estratos sociais. Essa mobilidade está, em sua maioria, conectada à formação de um novo mercado de trabalho com especificidades regionais, fazendo surgir um proletariado diversificado.

Ademais, a transformação da sociedade brasileira nas décadas de 1960 e 1970 é caracterizada pelo crescimento e diversificação do estrato médio da população somada à expansão dos setores secundário e terciário e do aparelho do Estado. Sua situação é precária, na medida em que tem uma tendência consumista superior aos meios de que tem para satisfazê-la e é sobre quem incide o pesado pacote dos impostos da economia oficial (BECKER e EGLER, 1994, p. 180).

NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA PARANAENSE

O Paraná é um dos estados da federação que mais sofreram as consequências do processo de urbanização. Em apenas vinte anos, seu grau de urbanização duplicou de 36,1% para 73%; apesar de o acentuado ritmo de crescimento da população urbana no decênio de 1970, de 6,0%, não tenha se repetido na década posterior; declinando para 3,0% a.a.

Mudanças estruturais na base da economia estadual resultaram em intensos movimentos migratórios, ora em direção a fronteiras agrícolas externas ao estado, ora em busca de opções no mercado de trabalho urbano, paranaense ou fora dele. A rapidez – praticamente uma década – e a intensidade dessa urbanização deram origem a uma nova configuração espacial na rede urbana do Paraná. (MOURA e MAGALHÃES, 1996, p. 3).

Atualmente, o Paraná possui 10.444.526 habitantes, ou 5,5% da população brasileira. Entre 1970 e 1980, ao passo que o país crescia a taxas de 2,5% a.a., o estado paranaense detinha uma ampliação de 0,97% a.a. Entre 1991-2000, demonstrou vestígios de recuperação, entretanto retornou à condição de redução no período 2000-2010, quando presenciou a taxa de 0,89% a.a. Nesse período, o acréscimo populacional foi de 881.068 pessoas, principalmente nas aglomerações urbanas (ver tabela 3).

Essa ocorrência demonstra o processo de urbanização do Paraná, ainda maior que o do Brasil. Ao passo que o país apresenta uma curva contínua ascendente, o estado paranaense amplia seu grau de urbanização de 36,1% em 1970, para mais de 80% em 2000, ultrapassando o estágio da urbanização nacional. Em 2010, o Paraná detinha 85,3% da população vivendo em zonas urbanas (vide tabela 2), no Brasil eram 84,4%. Sobre isso, concordamos com Moura (2012, p. 22), que comenta:

Esse processo célere de urbanização foi, ao mesmo tempo, horizontal – envolvendo todos os municípios – e extremamente concentrador, demarcando três importantes espacialidades no cenário paranaense: o arranjo urbano-regional de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, e os arranjos singulares que articulam aglomerações e centros, no Norte Central – polarizado por Maringá e Londrina, como evolução de um projeto colonizador que previa a estruturação de uma rede hierarquizada de centros nessa porção do estado – e no Oeste – polarizado por Cascavel/Toledo e por Foz do Iguaçu, neste caso,

incluindo uma aglomeração internacional. Tais espacialidades articulam-se a partir da configuração de aglomerações urbanas e da própria expansão de sua extensão física, dando origem a arranjos espaciais mais complexos.

TABELA 3: POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, GRAU DE URBANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO ESTADO NO PAÍS – PARANÁ – 1940-2010.

Ano	População Paraná			Grau de Urbanização (%)	Participação do PR no País (%)
	Total	Urbana	Rural		
1940	1.236.276	302.272	934.004	24,5	3,0
1950	2.115.547	528.288	1.587.259	25,0	4,1
1960	4.288.239	1.305.927	2.982.312	30,5	6,1
1970	6.929.868	2.504.378	4.425.490	36,1	7,4
1980	7.629.392	4.472.561	3.156.831	58,6	6,4
1991	8.448.713	6.197.953	2.250.760	73,4	5,8
2000	9.563.458	7.786.084	1.777.374	81,4	5,6
2010	10.444.526	8.909.181	1.535.345	85,3	5,5

FONTE: IBGE. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL, 2013 E IPARDES. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PARANÁ, 2013.

ELABORAÇÃO: COSTA E MARIN, 2015.

Mais de 64% da população paranaense aglutina-se nas mesorregiões Metropolitana de Curitiba (33,5%), Norte Central (19,5%) e Oeste Paranaense (11,7%). O aumento populacional do Paraná nos anos 2000 também se concentra nessas três mesorregiões, de forma ainda mais acentuada na Metropolitana (50%) e na Norte Central (23,62%). Essas, juntamente com a Oeste, são as mesorregiões mais urbanizadas do estado, com nível maior ao do Paraná (vide tabela na página a seguir 4 e figura 4).

TABELA 4. POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL E GRAU DE URBANIZAÇÃO – MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ – 1991/2010

Mesorregiões Geográficas	População Residente				Taxa de Crescimento (% ao ano)		Grau de Urbanização
	1991	2000	2010	% Total Pop. PR 2010	1991-00	2000-10	2010
1. Noroeste	655.509	641.084	678.319	6,49	-0,25	0,57	83,40
2. Centro-Occidental	387.451	346.648	334.125	3,20	-1,24	-0,37	80,26
3. Norte Central	1.638.677	1.829.068	2.037.183	19,5	1,24	1,08	91,63
4. Norte Pioneiro	555.339	548.190	546.224	5,23	-0,15	-0,04	80
5. Centro-Oriental	547.559	623.356	689.279	6,60	1,46	1,01	84,70
6. Oeste	1.016.481	1.138.582	1.219.558	11,68	1,28	0,69	85,61
7. Sudoeste	478.126	472.626	497.127	4,76	-0,13	0,51	69,58
8. Centro-Sul	501.428	533.317	544.190	5,21	0,69	0,20	67,08
9. Sudeste	348.617	377.274	404.779	3,88	0,89	0,71	58,58
10. Metropolitana de Curitiba	2.319.526	3.053.313	3.493.313	33,45	3,13	1,36	91,57
Paraná	8.448.713	9.563.458	10.444.526	100	1,4	0,89	85,33

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO; IPARDES.

ELABORAÇÃO: COSTA E MARIN, 2015.

As taxas de crescimento anual da população paranaense, no período 2000-10, são muito menores às constatadas entre 1991 e 2000 (ver tabela 3). Conforme Magalhães e Cintra (2010, p. 13), “[...] o grande peso determinante para a drástica redução da taxa de crescimento atual advém da igualmente drástica queda da taxa de crescimento vegetativo da população paranaense, impulsionada pela célere redução da fecundidade.”

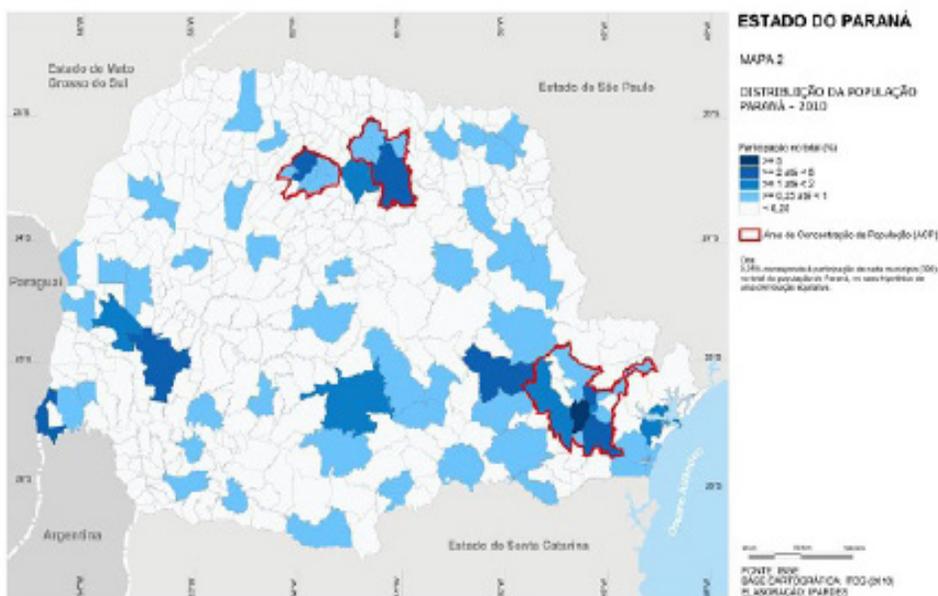


FIGURA 4. MAPA DA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO PARANAENSE – 2010

Ressaltamos que alguns municípios comandam as dinâmicas principais das mesorregiões, com realce para Curitiba, a única metrópole paranaense, com 1.751.907 habitantes; Londrina, com 506.701 mil habitantes; Maringá e Cascavel, com respectivamente 357.077 e 286.205 mil habitantes, que são as polaridades dos principais arranjos espaciais do Paraná.

Ademais, outros dezesseis municípios detêm mais de 100 mil habitantes. Entre eles, alguns aumentam a taxas maiores que o dobro da taxa média do Paraná (1,78% a.a.), com ascendência daqueles sitiados nas aglomerações presentes no entorno dos principais polos paranaenses:

- São José dos Pinhais (2,6% a.a.), Araucária (2,4 a.a.) e Campo Largo (1,93 a.a.), no entorno de Curitiba;
- Arapongas (2% a.a.), no entorno de Londrina;
- Toledo (1,97% a.a.), no de Cascavel;
- Assim como o próprio polo Maringá, com taxa de 2,15% a.a (vide figura 5).
- Apenas Foz do Iguaçu evidencia diminuição de população (-0,10% a.a.), contrariando um processo de significativa expansão que acontecia nos decênios anteriores. Tal diminuição pode estar sendo compensada pela intensa ampliação de seus municípios vizinhos: Itaipulândia cresce à taxa de 2,82% a.a. – quarta maior taxa do estado – e Santa Terezinha do Itaipu (1,27% a.a.), ambas, ao que

tudo evidencia, executando a ação de absorvedores da expansão periférica do polo.

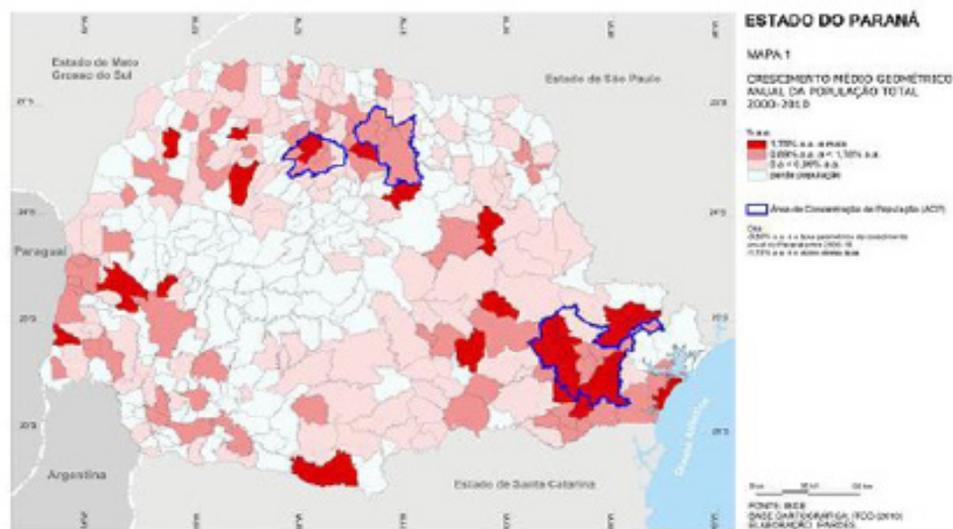


FIGURA 5. MAPA DO CRESCIMENTO MÉDIO GEOMÉTRICO ANUAL DA POPULAÇÃO TOTAL – PARANÁ – 2000-2010.

Segundo Moura (2012, p. 27), a redução da fecundidade e, em menor escala, da mortalidade representam as primordiais razões do sucessivo envelhecimento da estrutura etária da população paranaense e da diminuição dos segmentos etários mais jovens, tanto na população feminina quanto na masculina. Ressaltamos a importância para os desdobramentos dos movimentos migratórios, quase sempre seletivos por sexo e idade; tanto no que tange às regiões de origem dos fluxos quanto às de destino.

Ainda analisando do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, constatamos também o expressivo aumento da população feminina, que no último decênio foi maior que o da masculina, resultando numa razão de sexo no estado paranaense de 98,2% (2000) para 96,6% (2010). Nas zonas rurais do Paraná, ainda ocorre preponderância da população masculina, com presença de 110,7%.

Em síntese, na última década, o Paraná tornou-se mais urbano, ainda mais concentrado, mais feminino e mais idoso. Esse comportamento se particulariza entre e internamente às mesorregiões, assim como entre os principais polos e os municípios periféricos de suas aglomerações. Independentemente do decréscimo das taxas de crescimento populacional, as áreas de concentração se mantiveram localizadas nos mesmos arranjos espaciais centrados na aglomeração

metropolitana de Curitiba, aglomerações de Londrina e Maringá, e aglomerações do Oeste, particularmente Cascavel/Toledo. Nas mesorregiões mais urbanizadas, decresce relativamente a população dos grupos etários mais jovens e amplia a dos grupos mais idosos, e são elas cada vez mais femininas. (MOURA, 2012, p. 27-28).

RESUMINDO:

Ressaltamos que as transformações demográficas brasileiras que mais marcaram o século XX aconteceram nos últimos sessenta e cinco anos. A mais relevante foi o declínio expressivo da fecundidade, que teve efeito direto na desaceleração do aumento populacional, na sua estrutura etária – tornando-a mais envelhecida – e na diminuição do tamanho das famílias.

A regulação voluntária de fecundidade, via métodos modernos de contracepção, conferiu mais autonomia ao exercício da sexualidade e os direitos reprodutivos individuais passaram a fazer parte dos direitos humanos. A conquista do divórcio abriu novas possibilidades no plano da conjugalidade, e antigas formas de união dos sexos ganharam novos significados, convivendo com estilos de vida emergentes. (BERQUÓ, 2001, p. 28).

O êxodo rural fez aumentar as cidades em número e em tamanho; o Brasil urbanizou-se e os consecutivos decênios assistiram a uma contínua mobilidade espacial da população; de tradicional receptor de imigrantes, o país se surpreende com a saída de brasileiros a partir do final do século XX. Ademais, aconteceu uma acentuada miscigenação, comprovada pela alta e crescente presença dos autodeclarados pardos na composição populacional, além de diminuírem-se as diferenças regionais nos indicadores sociodemográficos.

A localização da população no território vem se alterando. O Centro-Oeste, parte do Norte e a porção oeste do Nordeste, por exemplo, antes pouco ocupadas, agora estão se avolumando demograficamente e economicamente. As cidades médias passaram a crescer com mais força e, baseado no Censo Demográfico do IBGE de 2010, adquiriram mais importância relativa na população nacional. Isso porque a concentração nas metrópoles alcançou seu ápice no século XX e as deseconomias de aglomeração, em algumas delas, já são maiores do que as economias. Portanto, as cidades médias detêm muitas vantagens e não possuem, na mesma escala, os problemas característicos das metrópoles latino-americanas (ARAÚJO, 2013, p. 164-165).

Especificamente sobre o estado paranaense, concordamos com a afirmação de Moura (2012, p. 36):

As características da população paranaense, mais urbana, mais idosa, mais feminina, e seus movimentos no território, configurando espaços adensados e em esvaziamento, exigem a formulação de políticas sociais adequadas a essas especificidades, pautadas em estratégias de desenvolvimento que rompam a enorme desigualdade existente entre os municípios. Alguns com notória presença nos principais segmentos da economia regional e desempenho positivo nos indicadores sociais; outros, com os mais graves indicadores de carências, sem condições de atender sequer às demandas básicas de sua população.

ANEXO

O número total de refugiados no mundo cresce de maneira acelerada desde 2011, quando era de 42,5 milhões – em três anos o aumento foi de 40%. Entre 2013 e 2014, o crescimento foi de 8,3 milhões de pessoas e representou o maior aumento já registrado em um ano. A maioria dos 59,5 milhões de deslocados, refugiados e requerentes de asilo são de crianças. Em 2014 o percentual foi de 51%, ante os 41% registrados em 2009.

Segundo o relatório, a Turquia se tornou, pela primeira vez, o país que mais abriga refugiados em todo o mundo – seguido do Paquistão e do Líbano. O principal país de origem desses refugiados é a Síria, na frente do Afeganistão – que estava na primeira posição há mais de 30 anos - e da Somália. Juntos, os três países correspondem a 7,6 milhões dos refugiados de 2014.

Assim como a liderança da Síria entre os maiores países de origem de refugiados, a tendência de crescimento no índice total de deslocados é atribuído pelo Acnur ao início da guerra civil na Síria, onde o presidente Bashar al-Assad, da minoria étnico-religiosa alauíta, enfrenta há quase quatro anos uma rebelião armada que tenta derrubá-lo do poder. Para piorar a situação no país, o grupo jihadista Estado Islâmico avança de forma violenta aumentando seu território controlado, que abriga importantes regiões tanto da Síria como do Iraque.

O número de novos deslocamentos em 2014 foi de 13,9 milhões de pessoas, sendo que 11 milhões tiveram que fugir para outro lugar do próprio país, enquanto 2,9 milhões se refugiaram em outras nações. Por outro lado, 126,8 mil refugiados conseguiram voltar a seus países de origem no ano passado.

O relatório indica que o Brasil abrigava 7.490 refugiados em 2014. Dados mais atuais do Comitê Nacional de Refugiados (CONARE), do Ministério da Justiça, indicam que o país abrigava 7.946 refugiados em abril de 2015. A maioria deles vem da Síria, seguidos de refugiados da Colômbia, Angola e da República Democrática do Congo.

O fluxo de refugiados e migrantes que atravessam o Mar Mediterrâneo em barcos com péssimas condições em busca de acolhimento em países europeus também apresenta aumento nos últimos anos. Em 2014 foram mais de 219 mil refugiados e migrantes, quase metade vindo da Síria e da Eritreia, segundo o relatório. O número é quase três vezes mais do que os 70 mil registrados em 2011 durante a Primavera Árabe, período de manifestações realizadas em diversos países do Oriente Médio para questionar regimes autoritários.

O ACNUR aponta que mais de 3.500 homens, mulheres e crianças foram reportadas mortas ou desaparecidas no Mediterrâneo durante 2014. Os países europeus, principalmente França e Itália, que ficam mais próximos da chegada desses migrantes, debatem sobre como devem lidar com a onda migratória na região.

Retirado de: G1. Deslocados e refugiados crescem 40% em 3 anos no mundo, diz ONU. 18/06/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/deslocados-e-refugiados-crescem-40-em-3-anos-no-mundo-diz-onu.html>. Acesso em 29/06/2015

CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹⁴

A minha explicação é que há luta de classes na cidade. Ou se remunera os capitais (...) ou se investe na reprodução do trabalhador: saúde, educação, transporte, moradia, saneamento... O problema não se resolve com a distribuição de renda ou do salário. Porque mais salário não compra o transporte coletivo; não compra uma boa localização na cidade, porque isso fica mais caro. Aumento salarial é absorvido pelo custo da cidade e isso só resolve com políticas públicas. Reconheço que houve distribuição de renda para comprar carros, motos, eletrodomésticos, uma televisão melhor... não condeno isso, pois, uma máquina de lavar roupa, uma geladeira é importante... mas ninguém vive só dentro de casa: vive na cidade.

ERMINIA MARICATO – PARA ENTENDER A CRISE URBANA.

14 Ressaltamos que os itens 2.1 e 2.2.1, 2.2.2 e 2.2.4 são reflexões já desenvolvidas e publicadas por Pierre Costa em trabalhos anteriores de autoria do mesmo. As obras citadas são: 1. COSTA, Pierre. Políticas (públicas) territoriais no Brasil: uma visão preliminar. In: JORNADA DO HISTEDBR, 6, 2005. Anais. Campinas: FE, 2005, p. 1 - 9 (em CD). E 2. _____. Duque de Caxias (RJ) - de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970. Niterói, 2009. Tese (Doutorado em História) - Niterói: UFF/PPH, 2009. Informamos ainda que as referidas obras estão disponíveis, respectivamente, em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/1050/1050.pdf e <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1185.pdf>.

A TECNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

Segundo Santos e Silveira (2001, p. 19), o território é uma extensão apropriada e usada, onde a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com a construção do futuro.

Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 19).

A divisão territorial do trabalho abrange, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais. Estes possuem uma função primordial na repartição do trabalho vivo. Portanto, a redistribuição do processo social não é indiferente às formas herdadas, e o processo de reconstrução paralela da sociedade e do território pode ser analisado por meio da categoria de formação socioespacial¹⁵. A divisão territorial do trabalho estabelece uma hierarquia entre lugares e restabelece, a cada momento, a capacidade de atuar das pessoas, das firmas e das instituições.

O uso do território pode ser caracterizado pela instalação de infraestruturas e pelo dinamismo da economia e da sociedade. Para tanto, é importante o estudo do povoamento, analisado principalmente em sua associação com a ocupação econômica, assim como os sistemas de movimentos de capitais, mercadorias, homens etc. Devido ao evento de um número cada vez mais expressivo de habitantes em um número cada vez menor de lugares, a urbanização representa simultaneamente uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa e é, também, um resultado da fluidez ampliada do território.

(...) levamos em conta tanto as técnicas que se tornaram território, com a incorporação ao solo (rodovias, ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações, emisoras de rádio e TV etc), como os objetos técnicos ligados à produção (veículos, implementos) e os insumos técnico-científicos (sementes, adubos, propaganda, consultoria) destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 22).

A sucessão de meios geográficos no Brasil, ao longo da história da organização do território brasileiro, permite identificar três grandes momentos: os meios naturais, os meios técnicos e o meio técnico-científico-informacional.

¹⁵ Sobre este conceito ver Santos (1977).

“Por intermédio de suas técnicas diversas no tempo e nos lugares, a sociedade foi construindo uma história dos usos do território nacional.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 27).

O primeiro momento é delimitado pelos tempos lentos da natureza comandando as instalações humanas. O segundo período é o dos diversos meios técnicos, no qual a mecanização seletiva do padrão arquipélago (conjunto de “ilhas”) que era o território, pressupõe a divisão em subperíodos. O primeiro representa o território como um arquipélago da mecanização incompleta. Posteriormente, a incorporação das máquinas ao território (telégrafo, portos, ferrovias) direciona para um meio técnico da circulação mecanizada e da industrialização acelerada, caracterizado também pelo início da urbanização do interior e pela formação da Região Concentrada (Sudeste e Sul). Após a Segunda Guerra Mundial (1939-45), instala-se a integração nacional (do território e dos mercados) com a implantação de novos sistemas de movimento e uma nova industrialização, em que destacamos a hegemonia do modal rodoviário. Portanto, evidencia-se urgente o aumento da capacidade de refino de petróleo do país. A terceira grande fase representa a construção e difusão do meio técnico-científico-informacional, no qual, numa primeira etapa – anos 1970 –, acontece uma revolução nas telecomunicações, ocasionando uma verdadeira difusão do meio técnico, porém seletiva. Na segunda etapa – globalização – a informação e as finanças passam a configurar a nova Geografia, distinguindo os lugares conforme a presença ou escassez das novas variáveis e resultando também no agravamento das diferenças regionais.

Em relação aos sucessivos meios técnicos, observamos diferentes momentos. O primeiro é percebido como um arquipélago, contendo um subsistema que seria o arquipélago mecanizado, ou seja, o conjunto de manchas ou pontos do território onde se manifesta uma produção mecanizada. Posteriormente, a própria circulação se mecaniza e a industrialização se realiza. E apenas num terceiro momento é que esses pontos e manchas são conectados pelas extensões das ferrovias e pela instalação de rodovias nacionais, originando-se as bases para uma integração do mercado e do território. Ademais, essa integração demonstra a heterogeneidade do espaço nacional e, de certa maneira a aumenta, já que as desigualdades regionais tendem, portanto, a tornar-se estruturais.

Para Santos e Silveira (2001, p. 35), durante quatro séculos lentos, o território nacional, porém principalmente algumas regiões, como a Bahia, foram a base de uma produção calcada na geração de um meio-técnico muito mais dependente do trabalho direto e concreto do Homem do que da incorporação de capital à natureza. Esta, de certa maneira, apresentou ao longo do tempo um papel de destaque na seleção das produções e dos Homens.

A partir da segunda metade do século XIX, a produção (é o caso do açúcar) e, depois, o território se mecanizam, mediante a instalação de usinas açucareiras e, mais tarde, da navegação a vapor e das estradas de ferro. Às técnicas da máquina circunscritas à produção sucedem as técnicas da máquina incluídas no território. (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p. 35).

Em relação à indústria, devemos destacar que a localização da produção apresenta nitidamente a função relevante da população. É por isso que das 636 fábricas existentes no país em 1890, e que empregavam 54.169 operários, as mais numerosas e importantes localizavam-se na cidade do Rio de Janeiro. São Paulo, cuja população era de somente 50 mil habitantes, tinha apenas 3.600 operários.

O aparelhamento dos portos, a construção de estradas de ferro e as novas formas de participação do Brasil na fase industrial do modo de produção capitalista possibilitaram às cidades beneficiárias ampliar seu domínio sobre o espaço regional, ao passo que a navegação, mais relevante para o exterior, somente oferecia um mínimo de contatos entre as diversas capitais regionais, destarte os portos relevantes. Dissipava-se, portanto, a governança do tempo “natural” para dar espaço a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se unia a um tempo rápido para fora. Este se personificava nos portos, nas ferrovias, no telégrafo e na produção mecanizada (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 37).

As primeiras quatro décadas do século XX representam o momento da mecanização do território brasileiro e também da sua motorização, com a extensão, em sistema com os portos, de linhas ferroviárias. Até o decênio de 1940, a expansão da rede amplia-se num ritmo relevante, mas com significativas divergências regionais. Contando com 16.782 quilômetros de estradas de ferro em 1905, o país alcança, em 1940, 108.594 quilômetros; sendo a região Sudeste – principalmente São Paulo e Minas Gerais – que possui os maiores crescimentos e detém, em 1940, 37,27% do total da rede nacional. Desde o século passado, a exportação de café foi um evento determinante nesse processo, adicionando áreas tributárias como o Triângulo Mineiro e o norte do Paraná. Porém, a conquista da integração nacional não era ainda uma imposição da construção dessas redes.

“É num território integrado pelos transportes e pelas necessidades oriundas da industrialização que vão surgir relevantes cidades no interior.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 44). Estas originam-se do crescimento populacional, da elevação dos níveis de vida e da procura por serviços em número e frequência maiores que anteriormente.

Se os transportes marítimos sempre reafirmaram a dependência em relação ao exterior, os novos transportes terrestres, a partir Segunda Grande

Guerra, privilegiam São Paulo, a metrópole industrial do país. As dificuldades financeiras para o equipamento dos navios e o fato de diversas ferrovias terem sido levadas a tornar-se antieconômicas apressaram a implantação do império do caminhão, exigindo, portanto, a construção de novas refinarias de petróleo.

A ideologia do consumo, do crescimento econômico e do planejamento foram os grandes instrumentos políticos e os grandes provedores das ideias que iriam guiar a reconstrução ou a remodelação dos espaços nacionais, juntamente com a da economia, da sociedade e, portanto, da política. Para realizar qualquer desses desígnios impunha-se equipar o território, integrá-lo mediante recursos modernos. O caminho da integração do território e da economia apontado para todos os países era tanto mais facilitado e tanto mais rápido quanto o maior número de opções a atingir e a organizar. É o caso do Brasil. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 47).

Uma nova divisão territorial do trabalho delinea-se no país a partir da necessidade de transformar os minérios, de aumentar a capacidade de refino e de produzir derivados do petróleo e, a um só tempo, de substituir esse recurso em alguns setores da circulação. É o momento de instalação de novas refinarias e polos industriais em várias regiões do Brasil: a Refinaria Duque de Caxias (RJ), os Polos Petroquímicos de Duque de Caxias, de Camaçari (BA) e de Triunfo (RS), o Polo Siderúrgico de Itaqui (MA), o Projeto Carajás (PA), a indústria de derivados de cloro (AL), Polo Eletrometalúrgico de Tucuruí (PA).

Ademais, os intercâmbios intensificam-se e, em consequência, também amplia-se o terciário, pois há maior necessidade de organização, de bancos, de transportes e de serviços públicos e privados. Engendra-se, a um só tempo, “[...] uma grande especialização territorial, com tendência à concentração da produção de bens e serviços mais ‘nobres’ e escassos em alguns pontos do Sudeste e do Sul” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 50, grifo no original). Como o aparato produtivo passa a ser dependente de recursos exógenos, e como os recursos nacionais – incluída a população – são menos usados, o terciário e a urbanização tendem a aumentar. “Trata-se certamente de uma internacionalização dos processos de produção.” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 51).

Nesse período, relevantes capitais são incorporados ao território, em separação do meio ambiente e da produção. O capital governa o território, e o trabalho, tornado abstrato, significa uma função indireta. Portanto, as diversidades regionais passam a ser diversidades sociais e não mais naturais.

Graças à propaganda, à industrialização, ao crédito e à urbanização, amplia-se o consumo ao mesmo tempo que há uma transformação mais rápida de valores de uso em valores de troca, acelerada pela especialização territorial da produção, pelo novo patamar de

urbanização e pela valorização da terra. É uma fase de nova integração, mas com especialização geográfica da produção material e imaterial. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 52).

De um tempo lento, distinto conforme as regiões, chegamos a um tempo rápido, um tempo hegemônico único, influenciado pelo fato internacional: os tempos do Estado e das transnacionais.

Atualmente, na globalização, o território recebe novos conteúdos e determina novos comportamentos, devido às diversificadas possibilidades da produção e, principalmente, da circulação dos insumos, dos produtos, do capital, das ideias e informação, das ordens e dos Homens.

Por outro lado, Moreira (1990, p. 9) defende a ideia de que é o conflito de forças sociais que gerará a estruturação do território brasileiro. Apontamos que as duas visões, apesar de opostas, são importantes para o entendimento da configuração do território (construído) nacional.

Em seguida, abordaremos sobre as relações entre política econômica e Estado no Brasil, no período de 1930 a 2010.

ESTADO BRASILEIRO E POLÍTICA ECONÔMICA – 1930-2010: BREVES NOTAS

Cabe, neste item, uma breve discussão sobre temas que estão presentes neste livro. Entre eles, destacamos: o Estado brasileiro e as políticas econômicas e territoriais no período de 1930 a 79. Dividimos esse período em 4 subperíodos: a. era Vargas – 1930-45 e 51-54; b. governo JK (1956-60); c. Os anos críticos: 1962-64; e d. 1964-79 (ditadura militar).

Sobre o papel do Estado, é importante fazer uma breve análise do Estado Moderno Capitalista, baseado em Costa (2005). Suas principais características são: a separação do Estado-Sociedade, a relação Estado-mercado e a soberania maior do Estado. Sua evolução pode ser dividida em 5 fases:

- Estado Monárquico, no qual temos uma centralização e unificação dos territórios;
- Estado Liberal, caracterizado pela liberdade de comércio e do indivíduo-proprietário;
- Estado Democrático, em que vemos a igualdade jurídica e o poder do voto popular;
- Welfare State (Estado do Bem-Estar-Social), caracterizado pela intervenção no mercado e repartição indireta da riqueza social. Neste trabalho, deteremo-nos no Welfare State.

O Welfare State baseia-se na Teoria Keynesiana (Estado Keynesiano), formulada pelo inglês Keynes (1883-1946), tendo sido adotada primeiramente pelos EUA (depois do Crack da Bolsa de Nova Iorque no ano de 1929)¹⁶, e posteriormente difundida por todo o mundo. Os principais pressupostos dessa teoria são:

- Garantia do pleno emprego, isto é, a garantia dos encargos sociais;
- A intervenção do Estado na economia, com o intuito da regulação do mercado;
- A regulação dos preços pelo Estado, sendo assim chamados de “preços políticos”;
- Seu período de maior desenvolvimento e difusão pelo mundo ocorreu após a Segunda Guerra Mundial até os anos 1970¹⁷, sendo conhecido como período Keynesiano ou os 30 Gloriosos.

ERA VARGAS – 1930-45 E 1951-54

Apresentaremos em seguida, resumidamente, as principais políticas territoriais e econômicas adotadas/implantadas no Brasil entre 1930-54 (privilegiando o segundo Governo Vargas –1951-54) e suas implicações socioespaciais.

Até 1930, o Brasil era um país por excelência agrário-exportador, com as seguintes características:

- A base da economia era a exportação de produtos agrícolas, principalmente o café;
- A maior parte da população residia no campo;
- A divisão territorial apresentava-se na forma de “ilhas econômicas”, sem a presença de uma articulação entre as regiões.

Após 1930, com o governo Getúlio Vargas, inicia-se uma Política Nacionalista (defesa dos interesses nacionais), com o intento de transformar o Brasil num país industrial-moderno. Dentro dessa política nacionalista, destaca-se a política siderúrgica (e industrial) estatal e nacional, na qual o complexo Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)-Volta Redonda (VR) é a expressão desse “nacionalismo de base ampla”, estadista, trabalhista e populista com que se equaciona a política industrial do Brasil moderno a partir da política do aço (MOREIRA, 2003). Nesse contexto, nada melhor do que tornar uma área

¹⁶ Em 1934, Roosevelt dá início à política do New Deal, influenciado pelas ideias de Keynes.

¹⁷ Em que se inicia um período de crise desse modelo de Estado, juntamente com a crise do modo de produção fordista.

decadente (Volta Redonda), com sua economia baseada na cafeicultura (país agrário-exportador) em um exemplo/modelo do país industrial/moderno.

Inserido nesse contexto da política nacionalista, para se alcançar os objetivos de um desenvolvimento industrial acelerado e o mais autossustentado possível (política adotada pelo governo Vargas), o Estado priorizou suas políticas estatais e seus investimentos em programas maciços de infraestrutura, energia e transportes. Entre eles, destacam-se: o projeto Usiminas; a criação da Petrobrás¹⁸, da Eletrobrás e da Companhia Nacional de Álcalis (COSTA, 1998).

No plano da modernização do Estado, destaca-se a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 1942, o qual foi de fundamental importância para o desenvolvimento da Geografia no país, tendo como uma das metas, o estudo do vasto território brasileiro, e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) – 1952, criado para permitir o reaparelhamento da indústria nacional e vindo a se tornar o principal órgão de financiamento a longo prazo.

Os anos 1950 iniciam-se com a volta de Getúlio Vargas ao poder, por meio de uma campanha que defendia continuar a meta de criação de uma infraestrutura para o desenvolvimento econômico. Representa um novo estágio de desenvolvimento industrial, “[...] onde se integravam de forma vertical os insumos e a indústria pesada de bens de capital e onde capitais públicos puxariam a demanda que seria atendida pelo setor privado (local e estrangeiro).” (LEOPOLDI, 1994, p. 161-162).

Destacamos a concepção varguista de desenvolvimento, na visão de Draibe (2004, p. 169-70):

Em primeiro lugar, industrialização concebida como um processo rápido, concentrado no tempo, a partir de um bloco de inversões públicas e privadas em infraestrutura e indústrias de base, reservando à empresa estatal um papel estratégico e dinâmico. (...) Em quarto lugar, a organização de um sistema de financiamento (...). Finalmente, uma forma de articulação da economia brasileira com o capitalismo internacional, indicando condições preferenciais para a entrada do capital externo (...).

A seguir, mostraremos um quadro sintético que versará sobre o caminho percorrido pelo projeto de industrialização vertical proposto pelo segundo governo Vargas (1951-54).

¹⁸ Com o intuito da exploração (e defesa) do petróleo brasileiro. Nota dos autores.

<p>PROJETO de INDÚSTRIA- LIZAÇÃO VERTICAL</p> <p>2º GOV. VARGAS (1951-54)</p>	<p>Concentrado em duas áreas: Assessoria econômica e Ministério da Fazenda Assessoria econômica => formulou os projetos de criação da Petrobrás e Eletrobrás.</p> <p>Ainda no governo Dutra, entre 1946 e 1950, Rômulo de Almeida (juntamente com Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi) formulou um projeto de industrialização para o pós-guerra que previa o tratamento da questão energética, tarifária e o reequipamento industrial – Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI).</p> <p>Ministério da Fazenda => criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI) – agências criadas para elaborar planos e projetos voltados para a industrialização e a infraestrutura energética.</p>
	<p>Estabeleceu-se a partir de um acordo entre os governos Dutra e Truman em 1950, e se instala em julho de 1951.</p> <p>Seus trabalhos resultaram no Plano de Reparcelamento econômico, um plano quinquenal constituído pelos projetos já elaborados e parcialmente financiados com recursos do Banco Mundial (BM) e do Eximbank .</p> <p>Dos trabalhos da CMBEU resultaram 42 projetos. Em sua maioria, os projetos que obtiveram financiamento, ligavam-se ao reparcelamento de ferrovias e à área de energia elétrica.</p> <p>CMBEU O esforço de Horácio Lafer (Ministro da Fazenda) e da CMBEU em atenderem às exigências do BM para a obtenção dos empréstimos terminou gerando uma equipe técnica, um banco de desenvolvimento (BNDE) e uma reforma fiscal que viabilizaram financeiramente os projetos do BNDE – fato muito expressivo na estrutura institucional do segundo governo Vargas e dos que o seguiram.</p> <p>Dissolvida no final de 1953, em virtude do desinteresse do novo presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, nesse tipo de colaboração técnica, envolvendo recursos estatais, em lugar de investimentos privados.</p>
	<p>Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.</p> <p>Criado pela Lei n 1.626, de 20/6/1952.</p> <p>Na década 1950, foi chamado de banco do aço e da eletricidade. Continuou cumprindo a função da CMBEU, estudando projetos nas áreas de infraestrutura energética, de transportes (reequipamentos de portos e de ferrovias) e siderurgia, bem como intermediando os financiamentos externos e internos (dos fundos de reparcelamento econômico e de eletrificação).</p> <p>Muitos dos técnicos da comissão mista passaram a integrar os quadros técnicos do BNDE, em especial Lucas Lopes e Roberto Campos.</p>

Comissão de Desenvolvimento Industrial.
Criada em julho de 1951.

Planejar uma política abrangente de desenvolvimento industrial, ao lado de projetos específicos de criação e expansão de setores da indústria.

Traçou uma política protecionista para atrair indústrias (nacionais ou estrangeiras).

<p>PROJETO de INDUSTRIALIZAÇÃO VERTICAL</p> <p>2º GOV. VARGAS (1951-54)</p>	<p>CDI</p> <p>Formulou um Plano Geral de Industrialização (maio de 1952), tendo as seguintes áreas prioritárias: energia (refino do petróleo, indústria de equipamentos para prospecção e refino, e material elétrico pesado), metalurgia (produção de ligas metálicas e seu processamento em bens de consumo e bens de produção), indústrias químicas (insumos industriais, adubos, fibras artificiais e matérias plásticas, produtos farmacêuticos, celulose e papel), indústria da borracha e indústria de alimentos.</p> <p>Foi o único órgão com caráter neocorporativo dentre os três braços planejadores do segundo governo Vargas.</p> <p>Apesar da crise política de meados de 1954, os trabalhos da CDI continuaram em ritmo acelerado.</p> <p>Boa parte do sucesso da implantação da indústria de veículos no país no período JK (1956-61) é proveniente dos trabalhos executados na Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis e na Ceima durante o segundo governo Vargas1.</p> <p>Também incentivou a produção de vagões e locomotivas, almejando trazer para o Brasil a empresa Krupp (alemã), que aceitou produzir locomotivas em São Paulo.</p>
---	--

QUADRO 1. O CAMINHO PERCORRIDO PELO PROJETO DE INDUSTRIALIZAÇÃO VERTICAL NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-54).

FONTE: LEOPOLDI, 1994, p. 165-172

ELABORAÇÃO: COSTA E MARIN, 2015.

O segundo governo Vargas não teve um projeto de governo, como o Plano Salte de Dutra ou o de Meta de JK, porém as diretrizes básicas do seu governo estão nas mensagens que ele apresentava anualmente ao Congresso e ao país, citando as realizações de sua política industrial e anunciando as novas propostas (vide quadro 1).¹⁹

Nelas aparecem as propostas de resolução da questão energética (petróleo e eletricidade), da expansão da siderurgia, do reequipamento do setor de transportes (trens, navios, portos). (...) Os projetos de desenvolvimento da infraestrutura eram ambiciosos. (...) Estimulariam sobretudo o crescimento da indústria de base, considerada o setor prioritário a ser propulsionado paralelamente aos projetos do petróleo, da eletricidade e dos transportes. (LEOPOLDI, 1994, p. 173).

Teceremos a seguir, de forma resumida, alguns apontamentos sobre a criação da Petrobrás, a questão do refino do petróleo e política da eletricidade, baseado em Leopoldi (1994), em Mello et all (1994) e em Ribeiro (2003).

O projeto de criação da companhia de petróleo foi discutido durante quase dois anos pelas duas casas legislativas e, uma vez aprovado, em setembro de 1953, foi sancionado pelo presidente Vargas em 3

¹⁹ Para uma análise desse tema, ver DRAIBE (2004).

de outubro de 1953, transformando-se na Lei nº 2.004. Durante o seu exame pelos parlamentares, aprofundou-se o debate em torno do petróleo na sociedade, extrapolando as discussões do Congresso e da grande imprensa, em sua maioria contrária à criação da Petrobrás. Houve também tempo para que se acumulassem os recursos tributários e se reunisse a equipe técnica para dar início à empresa. (LEOPOLDI, 1994, p. 180).

Pela Lei nº 2004 cabia ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP) a tarefa de supervisionar a oferta nacional do petróleo, enquanto que a Petrobrás passou a cuidar da prospecção, refino, comercialização e transporte do petróleo e derivados, processos esses que deviam estar sempre de acordo com as diretrizes do CNP.²⁰

O aumento da capacidade de refino do petróleo foi rápido após a instalação da Petrobrás. Essa empresa, procurando atingir a autossuficiência na produção de derivados, lançou-se num projeto ambicioso. Expandiu a pequena refinaria de Mataripe (BA) de 5 mil bdp para 42 mil bdp em 1959, construiu em 1955 a refinaria Presidente Bernardes (SP), com 45 mil bdp, expandindo-a para 110 mil bdp em 1961, e construiu a refinaria Duque de Caxias (REDUC) – RJ, com 90 mil bdp; entrando em operação em 1961.

Sobre a política da eletricidade do segundo governo Vargas, podemos constatar que sua grande característica foi envolver o Estado no processo de geração de energia elétrica de forma tão intensa, que, em cerca de uma década, alcançou-se a inversão do perfil da geração energética, com as empresas estrangeiras abandonando o setor da geração e se tornando apenas distribuidoras, e o Estado assumindo a tarefa de produção da eletricidade. Ademais, o Estado passou também a financiar o processo de expansão da capacidade instalada (pública e privada). (LEOPOLDI, 1994, p. 184).

Voltando no tempo, ressaltamos que desde os anos 1940, as regiões urbanas brasileiras vinham experimentando uma defasagem entre a demanda crescente e uma produção de energia elétrica pouco elástica. Dessa forma, além da reestruturação jurídica que vinha sendo promovida desde a criação do Código de Águas de 1934, o setor elétrico passou também a ser constituído de instrumentos de planejamento e financiamento de sua infraestrutura, tais como BNDE (1952), do Fundo Federal de Eletrificação (1954) e a Eletrobrás (1962), pelo governo federal (RIBEIRO, 2003, p. 1).

Da produção da Assessoria Econômica no setor da eletricidade, o que ficou como legado do governo Vargas foi o imposto único e o Fundo Federal de Eletrificação. Com esses recursos, o governo federal pôde

20 A Lei nº 2.004 estabeleceu um compromisso com as refinarias já em funcionamento ou em processo de montagem. Ela “congelou” a produção dessas refinarias, de forma a só expandir as refinarias estatais.

empreender os projetos da CMBEU e do BNDE. Embora a Eletrobrás não tenha sido criada no governo Vargas (ela surge em 1962, após lei do Congresso de 1961), já estavam montadas as bases financeiras para promover a ampliação da capacidade energética brasileira. A partir do governo Vargas é que, através dos projetos de governos estaduais (como o da Cemig) ou do federal (como a Chesf e Furnas), foi sendo resolvida a séria crise energética do início da década e feita uma provisão para o desenvolvimento industrial da década seguinte. (LEOPOLDI, 1984, p. 188).²¹

Sobre a crise (ou crises) que rondavam o último ano do governo Vargas (1954), ressaltamos que, com o afastamento de Euvaldo Lodi da presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 1954, o papel da CNI se reduz e aumenta o poder de representação da Federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP) e formam-se também os grupos de trabalho e as comissões executivas que iriam gerar as associações paralelas da indústria. Entrava em crise o corporativismo empresarial montado na década de 1930, intensamente marcado pelo getulismo.

A precipitação dos acontecimentos leva a uma aliança civil-militar que prepara o golpe contra Vargas. Sob a pressão de ter que renunciar, Getúlio opta pela morte, deixando um documento onde fica claro que, tendo falhado na busca do caminho do meio, era preciso recorrer ao ato extremo do suicídio. (LEOLPODI, 1994, P. 202-3).

Mais à frente, em 1962, para Ribeiro (2003, p. 3), o governo federal, convicto de que o melhor encaminhamento técnico e político seria concentrar os investimentos e maximizar o aproveitamento dos recursos hídricos, fechou o CNAEE (Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica) e optou pela instalação de uma *holding* para o setor, a Eletrobrás – Centrais Elétricas S/A (junho de 1962), vindo a consolidar uma política para a produção de energia elétrica com o necessário aporte de capitais públicos que não foi interrompida após a ruptura do regime democrático.

21 Conforme MELO et all (1994, p. 244), Furnas foi um projeto da Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A (CEMIG) para gerar 1.200 MW de eletricidade, formada por uma barragem de 100 metros de altura, que abasteceria os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) foi iniciada em 1946, e foi a maior usina hidrelétrica no seu tempo.

POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO JK (1956-60)

No governo Juscelino Kubitschek (JK), o Programa de Metas (1957-60) praticamente alterou toda a estrutura econômica do país, em apenas quatro anos. Voltado preferencialmente para os setores de ponta da estrutura industrial, nem por isso deixou de afetar todo o conjunto produtivo do país, desde os setores básicos, passando por transportes e energia, até a estrutura territorial como um todo (COSTA, 1998).

Os investimentos nas áreas de energia, transportes, siderurgia, obras de infraestrutura em geral e na construção de Brasília foram provenientes dos recursos do Tesouro Nacional. Já os investimentos na indústria automobilística, eletroeletrônica e outros ramos de ponta (capitais produtivos) foram provenientes de recursos externos.

No setor de transportes, privilegiou-se as rodovias, essencialmente as de escala nacional, com o intuito de auxiliar na integração territorial do país. Foram construídos 14.960 km de rodovias e pavimentados 6.202 km (vide quadro 2). Através de “eixos rodoviários de penetração”, como Belém-Brasília, Acre-Brasília, Fortaleza-Brasília, Belo Horizonte-Brasília, Goiânia-Brasília, assentaram-se as bases para a integração Norte-Sul, intuito nacional perseguido desde a época do Império.

A transferência da capital da República do Rio de Janeiro para Brasília em 1960 representou, simultaneamente, o resguardo de ataques marítimos à capital (em contexto de guerra) e, principalmente um importante aspecto para a ocupação efetiva e desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Norte. Ademais, temos a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, dentro da política desenvolvimentista do governo JK, tendo como objetivos a integração do Nordeste ao mercado nacional e o desenvolvimento socioespacial dessa região.

Podemos dizer que, embora associados a um certo descontrole das contas públicas, os anos JK (1956-60) foram intensamente marcados por altas taxas de crescimento econômico e por uma boa dose de otimismo. A seguir, faremos comentários sobre algumas metas (pré-selecionadas)²² do Plano de Metas, abordando seus antecedentes, seus objetivos e também seus resultados, mesmo que brevemente historiados (baseados em FARO e SILVA, 2002 e MENDONÇA, 2004).

22 Elencamos 10 metas – vide quadro 2 (de um total de 30), ligadas aos setores de energia, de transportes e de indústrias de base, e que estão correlacionadas direta ou indiretamente às temáticas da presente obra. Análises mais consistentes sobre o Plano de Metas e os anos JK podem ser encontradas em: FARO e SILVA, 2002, LEOPOLDI, 2002 e MENDONÇA, 2004.

Segundo Roberto Campos, um vigoroso adepto do planejamento econômico e uma das figuras instrumentais na elaboração e execução do Programa de Metas, juntamente com Lucas Lopes, as primeiras tentativas de planejamento no Brasil ocorreram ainda durante a II Guerra Mundial. Exemplos dos primeiros esforços são o Plano Quinquenal de Obras e Reparelhamento da Defesa Nacional, que data de 1942, e o Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia), que foi elaborado durante os anos de 1946 e 1947 e cujas origens podem ser atribuídas às ideias desenvolvidas por técnicos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Deve ainda ser mencionado o conjunto de recomendações das chamadas Missão Cooke, de 1943, e Missão Abbink, de 1948. Esta última pode ser considerada representativa do primeiro enfoque de formulação de política macroeconômica. (FARO e SILVA, 2002, p. 80-1).

O Programa de Metas representou uma ambiciosa experiência de planejamento integrado, tendo sido originado dos diagnósticos do grupo CEPAL-BNDE, formado, com integrantes da Comissão Econômica para a América Latina e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.²³

O Plano de Metas foi um marco na reelaboração qualitativa das relações entre Estado e economia no país. Correlacionavam-se pela primeira vez, sob a guarda do governo, as atividades do capital privado (nacional e estrangeiro) e do capital público. “[...] Ocorria neste momento um Estado importante produtor direto nos setores estratégicos e controlador indireto de faixas expressivas de decisão privada. Visivelmente, o balanço do poder alterava-se em favor do setor público” (MENDONÇA, 2004, p. 59).

Os intuítos do Programa de Metas podem ser sintetizados em dois parâmetros. A curto prazo, apressar o processo de acumulação capitalista, pela ampliação da produtividade dos investimentos já alcançados e por alcançar. A médio prazo, procurava-se obter a elevação do nível de vida do povo, ultrapassando a miséria pela abertura de novas frentes de emprego e pela instituição de um novo modelo de vida. Foram trinta metas projetadas, divididas em cinco setores (energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação).

A construção de Brasília seria a metassíntese, o símbolo de que o governo estaria, de fato, efetivando as tarefas implícitas nos “cinquenta anos em cinco”, responsáveis pela construção de um “novo país”. Essa meta demonstrava a prioridade dada à indústria automobilística e ao transporte rodoviário como eixos do desenvolvimento nacional.

²³ Destacamos a participação, como representante da CEPAL, do economista e futuro ministro do Planejamento Celso Furtado.

Metas	Previsão	Resultados alcançados
1. Energia elétrica	Elevação da potência instalada de 3 milhões para 5 milhões de quilowatts e ataque de obras que possibilitassem o aumento para 8 milhões de kW em 1965.	A capacidade instalada alcançou 4.770 quilowatts em 1960 (isto é, 95,40% da meta proposta), subindo para 5.205 mil quilowatts em fins de 1961.
4. Petróleo (produção)	Aumento da produção de petróleo de 6.800 barris em fins de 1955 para 100 mil barris de média de produção diária em fins de 1960.	Em 1960 a produção alcançou 75.500 barris/dia (isto é, 75,5% da meta).
5. Petróleo (refino)	Aumento da capacidade de refinação de 130 mil barris diários em 1955 para 330 mil barris diários em fins de 1960.	O volume refinado foi igual a 218 mil barris diários em 1960, o que significa dizer que 66,7% da meta proposta foram atingidos.
7. Ferrovias (construção)	Construção de 2.1000 km de novas ferrovias, 280 km de variantes e 320 km de alargamento de bitola.	Foram construídos 826,5 km, ou seja, 39,4% da meta programada.
8. Rodovias (pavimentação)	Pavimentação asfáltica de 5 mil quilômetros de rodovias até 1960.	A meta foi superada em 24%, pois foram pavimentados 6.202 km até 1960.
9. Rodovias (Construção)	Construção de 12 mil quilômetros de rodovias de primeira classe até 1960.	A meta foi ultrapassada em 24,8%, pois foram construídos 14.970 km até 1960.
10. Portos e Dragagem	Reaparelhamento e ampliação de portos e aquisição de uma frota de dragagem, com investimento de US\$ 32,5 milhões e Cr\$ 5,9 bilhões.	No seu conjunto, estima-se que tenham sido alcançados 56,1% da meta.
19. Siderurgia	Aumento da capacidade de produção de aço em lingotes de 1 milhão para 2 milhões de toneladas por ano em 1960 e para 3,5 milhões de toneladas em 1965.	Com a produção atingindo a 2.279 mil toneladas de lingotes, meta foi superada em 14%.
25. Borracha	Aumento da produção de borracha de 22 mil para 65 mil toneladas, com o início da fabricação da borracha sintética.	Embora, em 1960, tenha sido alcançada a meta de instalação de fabricação de borracha sintética, a produção de borracha foi de somente 22.500t (isto é, um aumento de apenas 2,3% em relação à produção inicial).
27. Indústria de automóveis	Implantação da indústria para produzir 170 mil veículos nacionalizados em 1960.	Embora tenha havido a presença de excessiva capacidade ociosa, a capacidade total instalada em 1960, que chegou a 199.180 unidades, ultrapassou em 17,2% a meta fixada. Não obstante, em termos de índices de nacionalização, a meta não foi alcançada na sua íntegra.

QUADRO 2. METAS SELECIONADAS (RESUMIDAS) DO PROGRAMA DE METAS – 1957-1960

GOVERNO JK

FONTE: BRASIL/PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO. PROGRAMA DE METAS, 1958, T.1 (FORMULAÇÃO PRÓPRIA).

Analisando o quadro 2, podemos constatar que, por mais nocivos aos interesses nacionais que possam ter sido, os resultados do Programa de Metas foram, sem dúvida, expressivos do ponto de vista quantitativo. Enquanto se previa a construção de 12 mil km de rodovias, construiu-se 19.770 km. Ao passo que a potência hidrelétrica em 1955 era de 3 milhões de kw, em 1961 a capacidade instalada atingiu 4.770 kw. Muito mais vistosa foi a rapidez do crescimento da produção petrolífera, que saltou dos 6.800 barris/dia em 1955, para 75.500 em 1960. Podemos dizer o mesmo para o refino do petróleo que, passou de 130 mil barris/dia em 1955, para 218 mil em 1960, e, com a instalação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) em 1961, há um aumento no refino de 90 mil barris/dia. Também no setor de indústrias de base ocorreram ganhos importantes, em particular na siderurgia, cuja produção passou de 1 milhão de toneladas de aço (1955) para 2.279 mil em 1960.

Devemos ressaltar que o desenvolvimento de todos esses setores estava indissociavelmente ligado à implementação da indústria automobilística, o “carro-chefe” do novo padrão de acumulação. Por outro lado, o transporte ferroviário (mais barato e acessível ao trabalhador) teve apenas 826,5 km de trilhos construídos.

Outro aspecto positivo do Programa foi expressiva alteração do perfil da estrutura industrial brasileira. Consolidou-se definitivamente, nessa fase, a supremacia dos ramos modernos (indústrias metal-mecânicas, metalúrgicas, de material elétrico, de transportes e comunicações), em detrimento dos tradicionais (alimentos, bebidas, têxteis, ...).

Segundo Mendonça (2004, p. 68), o governo JK também procurou atuar no sentido de diminuir os efeitos sociais de sua política econômica, promovendo reajustes salariais sucessivos (ou então, permitindo o aumento da participação de dirigentes sindicais em decisões de peso). Dessa forma, alcançava-se um nível de relativo equilíbrio nas relações entre o Estado e o movimento operário, o qual buscava aumentar sua gestão junto ao primeiro. Ademais, para se conseguir a neutralização e o adiamento das tensões sociais latentes no período, foi de fundamental importância o uso da ideologia nacional-desenvolvimentista.

Através dela buscou-se engajar todos os “soldados do desenvolvimento” brasileiro no processo de implantação do “capitalismo nacional”, ocultando-se as contradições que lhe eram inerentes. Afinal, nada mais ideológico do que um discurso nacionalista em meio à plena abertura da economia ao capital estrangeiro. (MENDONÇA, 2004, p. 68, grifos no original).

O que a euforia nacionalista da década de 1950 mascarava era o aspecto de que – em termos econômicos – o Brasil ficava cada vez mais dependente dos

investimentos maciços de capital e tecnologia externos. Para Mendonça (2004, p. 71), ao passo que a produção intelectual do período atribuía o nacionalismo dos anos 1950 ao apoio da burguesia a um projeto de industrialização autônoma, “[...] disseminava-se a crença no seu papel de liderança em uma ampla aliança política que iria envolver as massas urbanas e o campesinato na luta contra o capital estrangeiro”. O golpe civil-militar de 1964 viria a elucidar a realidade.

O principal responsável pela formulação da ideologia nacional-desenvolvimentista foi o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Criado em 1955, como órgão do Ministério de Educação e Cultura, o ISEB tinha como intuito pensar o desenvolvimento do Brasil, seus problemas e alternativas de superação, só que agora não pensando/valorizando a educação humanística e sim técnica. Integrando intelectuais importantes das mais diferentes tendências²⁴, o Instituto promovia cursos, palestras e encontros a partir dos quais se difundiu a matriz de pensamento responsável pela mobilização social para o “progresso” do país. Para Toledo (1978, p. 32), o ISEB se tornaria uma verdadeira “fábrica de ideologias”, legitimadoras das transformações econômicas em curso no período. Nos dias seguintes ao golpe de 1964, a biblioteca, os arquivos e os móveis da sede do ISEB foram destruídos, resultando no seu fechamento. Posteriormente, em 1969, ele é retomado como IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), pertencendo à Universidade Candido Mendes (UCAM). Em 2010, é criado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) o Instituto UERJ de Pós-Graduação e Pesquisa (IUPPERJ), o qual incorporou os vinte professores do antigo IUPERJ, que pediram demissão em 22/06/2010.

Mendonça (2004, p. 73), diz que, sendo a industrialização a meta básica da burguesia nacional e, simultaneamente, a síntese das necessidades concretas de todo o Brasil, era ela vista como portadora da autêntica ideologia nacional, pois representava os interesses de todos os segmentos progressistas da sociedade. “Sob sua liderança iria se dar a aliança – entre a burguesia industrial, o proletariado e as classes médias – capaz de eliminar as ‘forças atrasadas’ e os privilégios do setor tradicional.” (grifos no original).

A seguir, faremos uma breve análise do período 1962-64, baseada em Mendonça (2004).

24 Dentre eles, destacaram-se: Candido Mendes, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré e Rolann Corbisier, e outros.

OS ANOS CRÍTICOS: 1962-64

O panorama da sociedade brasileira em inícios da década de 1960 mostrou, de maneira não usual, o emaranhado de contradições acumuladas ao longo dos anos 1950. O modelo econômico implementado sob JK demonstrou, a médio prazo, para que lado pendia o fiel da balança política: a burguesia industrial, a qual

Começava a destacar-se dentre as demais forças componentes do pacto populista. A aliança que até tivera como pressuposto o equilíbrio entre as frações de classe dominantes, se rachava. Do ponto de vista da relação Estado-massas – o outro pilar do populismo – a composição também se rompia: a crise econômica iniciada em 1962 inviabilizava o atendimento às demandas populares, levando-as a pressionar pela defesa de sua qualidade de vida (...). No imediato “pré-golpe” de 1964 eclodiram os sintomas de ordem econômica, política e social, de uma crise que era, a rigor, uma crise de consolidação e crescimento do capitalismo no país. (MENDONÇA, 2004, p. 83, grifo no original).

São diversas as versões sobre a crise de 1962-64, variando desde aquelas que a percebem como uma crise clássica de realização da produção (ou subconsumo) até as que a consideram eminentemente política. Todas, porém, partem da mesma evidência: a quebra do dinamismo da acumulação nacional verificada em inícios dos anos 1960, quando diminui o ritmo dos investimentos industriais.

Abordagens mais recentes dizem que existia no Brasil, entre 1962 e 1964, uma evidente crise do capitalismo monopolista, uma crise de superacumulação, que se compunha na impossibilidade de o conjunto do capital social valorizar-se a não ser a taxas decrescentes. Criava-se uma massa de capital inativa, cuja destruição – em decorrência da evidente estagnação e da concentração de empresas – era circunstância prévia para uma nova expansão produtiva (MENDONÇA, 2004, p. 85).

Devemos observar que, o início da década 1960 era caracterizado pela impossibilidade de o Estado realizar novos investimentos e devido às manifestações políticas do colapso populista. Em relação ao capital estrangeiro (o segundo eixo da industrialização), este passou a evitar o mercado brasileiro, temendo a desestabilização política do regime.

Para dificultar ainda mais o cenário nacional, temos a queda dos preços externos do café, repercutindo negativamente sobre o déficit da Balança Comercial e do Balanço de Pagamento. Simultaneamente, disparavam os preços internos da produção agrícola (não contemplada nos resultados do

Programa de Metas), cujo desempenho, abaixo do crescimento demográfico, encarecia ainda mais o custo de reprodução da força de trabalho.

Afetadas diretamente pela inflação e pela queda do ritmo do crescimento econômico, as classes trabalhadoras iniciaram intensa mobilização política, recusando-se a arcar com o ônus que lhes “sobrava” do modelo econômico juscelinista. Respaladas pelo dispositivo sindical-militar em vigor durante a gestão Goulart, elas desencadearam um ciclo grevista sem precedentes, em defesa – entre outras coisas – de seu nível de vida. (...) Seu efeito ameaçador para a aliança populista, no entanto, foi inegável, especialmente por contarem os grevistas, ao menos temporariamente, com o apoio ou a neutralidade de certos setores militares. (MENDONÇA, 2004, p. 86-7, grifo no original).

Em relação aos militares, existiam alguns setores das Forças armadas que praticavam uma postura de “neutralidade benevolente” para com as greves. Porém, no momento em que a corporação foi “invadida” por eventos dessa natureza – como a greve dos sargentos –, sua atitude tornou-se de espontânea hostilidade. Conforme Mendonça (2004, p. 88), ameaçada a hierarquia e a ordem interna, o dispositivo sindical-militar rompia-se em 1963.

Também nesse mesmo ano foi restabelecida a figura do presidente na plenitude, depois de um frágil período de parlamentarismo. Aumenta-se, então, a pressão popular pela realização das reformas de base (sobretudo a agrária). Pressionado por todos os lados e não conseguindo fazer as tão esperadas reformas, o Executivo sofria um esvaziamento de poder e autoridade. A medição de forças entre sindicatos e militares agravava-se.

O golpe civil-militar de 1964 representou a redefinição do pacto de poder no país. Sua composição iniciou-se numa notável articulação entre dois segmentos – o empresariado industrial e os militares. Para Mendonça (2004, p. 88-9):

(...) Os instrumentos definidores dessa nova “paz social”, tão ao sabor das classes médias que a apoiavam, forma uma nova legislação trabalhista e salarial, além da repressão no seu sentido mais físico. Somente nos quadros de um regime político de exceção a continuidade do modelo econômico inaugurado em 1955 estaria garantida. (grifo no original)

Ainda sobre os anos 1960 e entrando pelos 1970, essa autora (2004, p. 91) diz o seguinte:

(...) o período compreendido entre 1962 e 1967 foi todo ele de crise econômica, sendo que, a partir da inflexão produzida em 1964, se praticou uma recessão calculada, tida como necessária para o

restabelecimento do ciclo econômico. Seu resultado seria – entre 1968 e 1974 – o conhecido “milagre brasileiro”, cuja essência nada mais significou senão a garantia de lucros faraônicos às empresas monopolistas (nacionais e estrangeiras). (grifos no original)

A seguir, versaremos, de forma resumida, sobre as políticas territoriais entre 1964-79, baseado em Costa (2005).

DITADURA MILITAR, POLÍTICAS TERRITORIAIS E REDEMOCRATIZAÇÃO

As políticas territoriais no período de 1964- 1979 estão inseridas no contexto do projeto geopolítico para a modernidade da Ditadura Militar (1964-85). O período de 1968 a 1979 (dividido em Milagre Econômico – 1968/73 e Marcha Forçada – 1974/79) compreende uma fase em que o Estado Autoritário procurou sustentar índices elevados de investimentos, às custas basicamente do endividamento externo, cuja expressão está nos I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs)²⁵, que, por meio da participação maciça do investimento estatal e da elevada abertura para o exterior, procuraram impor um projeto territorial, baseado no ideal da integração do Brasil Potência.

Por sua vez, o projeto “Brasil Potência” clamava por acelerar o crescimento econômico a todo custo, calcado no endividamento externo e na compressão salarial. Ademais, temos a definição da integração nacional como meta da gestão do território. Os principais intuitos da integração eram: a. abri-la como fronteira econômica e fechá-la como fronteira social (populacional); b. integração produtiva das regiões periféricas ao núcleo dinâmico (exemplos: polos petroquímicos de Camaçari – BA e de Triunfo – RS); c. início do processo de integração com as economias do Cone Sul (Uruguai e Paraguai), através da construção da hidrelétrica de Itaipu, sob a hegemonia do Brasil.

Poucos países do globo levaram tão a sério as propostas de Perroux quanto aos polos de desenvolvimento como o Brasil. Foram polos agrícolas, comerciais, bancários, industriais e até turísticos, levando ao extremo a visão perrouxiana de economia dominante e de crescimento polarizado. Nesse contexto, os polos de desenvolvimento revelaram-se mais adequados ao modelo de ordenação territorial proposto pelo Estado autoritário.

O Estado resultante do golpe militar de 1964 e calcado na aliança militares-empresários-tecnoburocratas, lança mão de uma política anticrise voltada para duas direções: gerar recursos para a retomada da expansão e institucionalizar a concentração de empresas e capital. Os índices de desempenho da economia atingiam seu apogeu. Produziu-se um “milagre”

²⁵ I PND (1972-74) e II PND (1975-79).

sustentado pela exploração do trabalho, sem a redistribuição dos ganhos de produtividade (MENDONÇA, 2004, p. 122).

Após um período de ampla acumulação, a economia brasileira tornava-se presa de sua crise mais séria. A crise do “milagre” – por força do alto grau de interação entre o Estado e a economia – trouxe no seu bojo o comprometimento não apenas de um modelo econômico, mas também do pacto de dominação política vigente até então. (MENDONÇA, 2004, p. 11, grifo no original).

Esse modelo autoritário de crescimento econômico colocou a construção do Estado na frente da construção da nação. A crise nesse modelo enfraqueceu a capacidade do Estado em planejar democraticamente o desenvolvimento socioespacial.

Com o início da redemocratização (1985 em diante – governo Sarney/85-90), inicia-se no país o processo das privatizações de empresas estatais, inserida na ótica do Neoliberalismo. No governo Collor (1990-92), dando continuidade à política neoliberal, intensificam-se as privatizações. O auge desta política se estabelece no governo FHC²⁶ (1995-2002), caracterizado por:

- Arrocho salarial;
- Aumento da pobreza;
- Maior desigualdade social;
- Reação da massa popular (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, elevado crescimento do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos de esquerda nas últimas eleições);
- Pressão para a realização das reformas da previdência²⁷, tributária, do judiciário, trabalhista e sindical, e do ensino superior.

As décadas finais do século XX, em especial os anos 1990, assistiram ao esvaziamento das políticas regionais. A conjuntura de crise trouxe o debate para políticas de curto prazo, em especial para as políticas macroeconômicas, e a crise financeira do setor foi patrocinando cortes das políticas até então existentes. Símbolo dessa tendência foi o fechamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), em 2001, e sua substituição por agências esvaziadas. Restaram como instrumentos de promoção de política regional os Fundos Constitucionais criados pelo Congresso Constituinte em 1988, que até hoje financiam empreendimentos privados no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. (ARAÚJO, 2013, p. 160).

26 Fernando Henrique Cardoso.

27 Já aprovada pelo governo Lula.

No início do século XXI, com o país redemocratizado e a hiperinflação controlada, apesar de efeitos desfavoráveis da execução do Plano Real na carga tributária, na geração de alto déficit externo, na dívida pública e de uma política monetária focada na utilização de altas taxas de juros, alterações importantes foram realizadas (as quais abordaremos no próximo item).

Em relação ao governo Lula (2003-2010), podemos dizer que ele atuou na contramão da história, pois está realizando as contrarreformas²⁸ burguesas (liberais) que o governo FHC não conseguiu realizar, privilegiando as classes dominantes em detrimento do povo.

ERA LULA (2003-10): AVANÇOS E RETROCESSOS

Concordamos com Araújo (2013, p. 161), quando ela afirma que a Era Lula interrompeu o padrão de crescimento que vigorou durante do século XX: quanto mais a renda aumentava, mais se concentrava. Destacamos, nesse contexto: ampliação da renda dos estratos que vivem com a menor renda; expansão expressiva de políticas públicas de transferência de renda; e aumento considerável do salário mínimo.

Devemos ressaltar o efeito distinto do programa Bolsa Família quando avaliado em termos regionais. O Nordeste, por aglutinar mais da metade da população mais pobre do país, recebe 55% dos recursos desse programa. Na região, a pobreza rural se concentra em pequenos municípios, principalmente os do sertão nordestino.

Nesses municípios é interessante observar que como as bases produtivas locais são muito modestas, o novo e sistemático fluxo de renda não só dá a cobertura social aos beneficiados diretos, como dinamiza lojas, farmácias, padarias, feiras livres etc. Gera assim, nesses pequenos municípios um impacto econômico num movimento virtuoso que os estimula a crescer. Tal resultado não é identificado na região Sudeste... (ARAÚJO, 2013, p. 162).

Em relação à Petrobras, observamos que duas de suas políticas foram modificadas: a de compras e a de ampliação de refinarias. A política de compras passou a ser utilizada para encorajar o setor produtivo nacional, com relevância para obtenção de navios e sondas, o que fez ressurgir a indústria naval no Sudeste (principalmente a fluminense) e no Rio Grande do Sul, propiciando também a instalação de estaleiros na Bahia, Alagoas, Pernambuco e Maranhão.

28 O conceito reforma pressupõe melhorias para a sociedade como um todo. Porém, o conteúdo das “reformas” em questão vem privilegiar apenas alguns segmentos sociais e as classes dominantes. Assim, os autores utilizam o conceito de contrarreforma.

No caso das refinarias, a Petrobras cessou o aumento das já instaladas (reunidas na Região Concentrada)²⁹ e optou por construir cinco novas unidades; sendo três delas no Nordeste e duas no estado do Rio de Janeiro.³⁰ A implantação da Refinaria Abreu e Lima, na localidade de Suape, despertou o interesse para esse complexo portuário-industrial, que conquistou um ousado pacote de investimentos cujo efeito na dinâmica da economia de Pernambuco é perceptível. “Esse estado, que aparecia sempre em desvantagem na dinâmica econômica do país entre os anos 1985 e 2003, passou a liderar o dinamismo na região Nordeste e a se situar entre os de economia que mais crescem no país.” (ARAÚJO, 2013, p. 163).

O novo padrão de crescimento também refletiu no comportamento dos empregos, que recuperam dinamismo e diminuíram a taxa de informalidade. Simultaneamente o desemprego reduziu expressivamente, na contramão das tendências mundiais do mesmo período. Analisando a tabela 5 (a seguir), ressaltamos que, no período de dezembro/2002 a dezembro/2010, é evidenciado que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste lideram os índices dessa variável; respectivamente com taxa anuais de crescimento de: 8,0%, 6,4% e 5,7% (2002-2010). Ademais, destaque-se o número total de novos empregos formais (com carteira de trabalho assinada/ direitos trabalhistas) criados no período: mais de 15 milhões.

TABELA 5. EVOLUÇÃO DO ESTOQUE DE EMPREGOS FORMAIS POR REGIÕES – BRASIL – 2002-2010

Região	Dez./2002	Dez./2010	Taxa (%) anual de crescimento 2002-2010	Número de empregos criados no período	Peso (%) dos novos empregos no estoque inicial
1. Norte	1.296.597	2.408.182	8,0	1.111.585	85,7
2. Nordeste	4.859.397	8.010.839	6,4	3.151.442	64,9
3. Centro-Oeste	2.323.786	3.630.804	5,7	1.307.018	56,2
4. Sudeste	15.128.474	22.460.999	5,1	2.481.872	48,9
5. Sul	5.075.659	7.557.531	5,1	2.481.872	48,9
Brasil	28.683.913	44.068.355	5,5	15.384.442	53,6

FONTE: ADAPTADO DE ARAÚJO, 2013, p. 164.

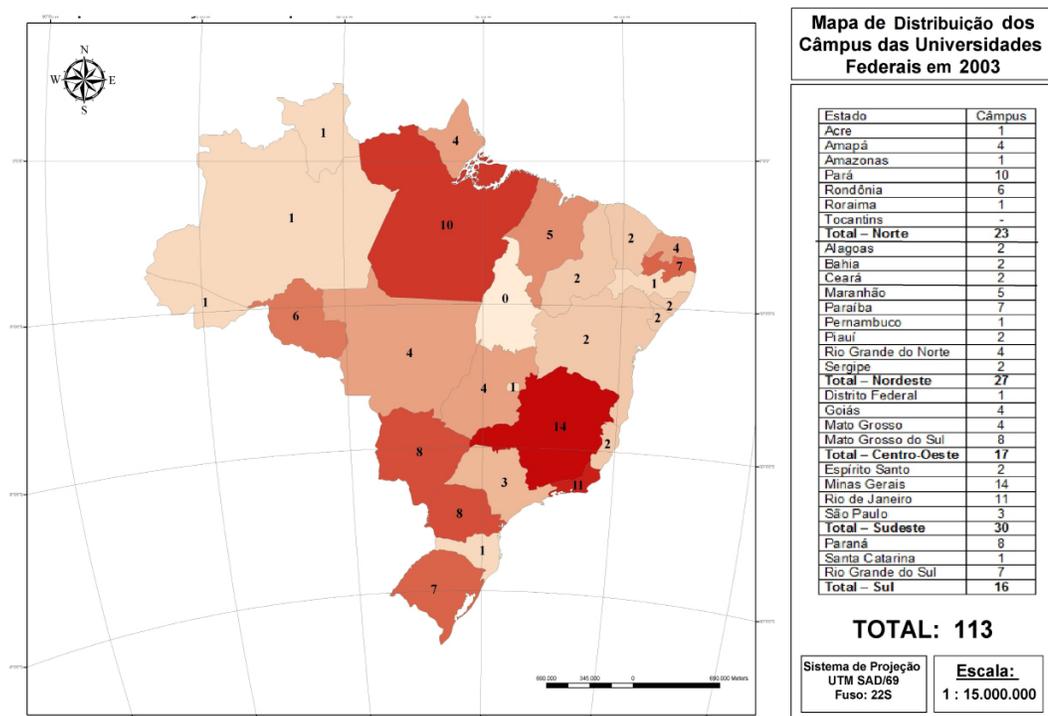
Pode-se afirmar que para construir a trajetória experimentada pelo país foi importante combinar, com sabedoria, políticas sociais e econômicas. E começar pelas políticas sociais. Em vez de considerar

29 Referindo ao Sudeste e Sul, região caracterizada por concentrar a infraestrutura nacional. Termo cunhado por Santos e Silveira (2001).

30 Duas localizadas no Nordeste já se encontram em funcionamento: Refinaria Abreu e Lima (RNEST) – Ipojuca/PE e Refinaria Potiguar Clara Camarão – Guamaré/RN.

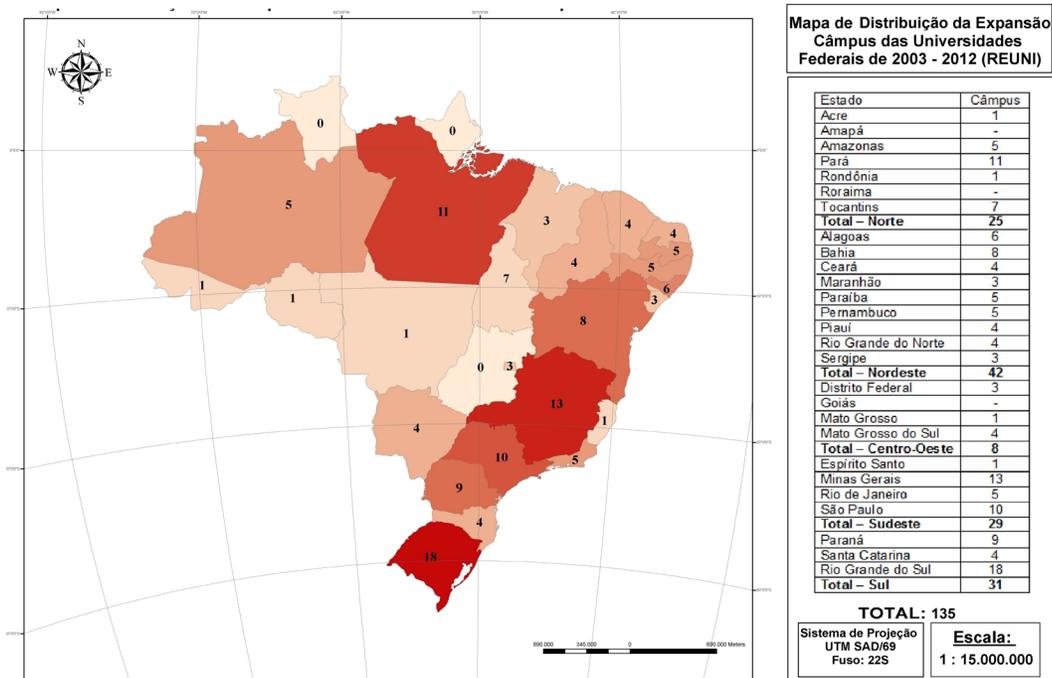
primeiro o lado da oferta, como em geral recomendam os economistas, atuou-se mais pelo lado da demanda: elevou-se o nível de renda das famílias da base da pirâmide social. Essa foi uma mudança importante e que teve reflexos regionais positivos. Ou seja, os impactos nas regiões mais pobres – Norte e Nordeste – foram muito favoráveis, sobretudo quando se associou a essa estratégia o esforço de investimentos, especialmente em infraestrutura econômica e social. (ARAÚJO, 2013, p. 166).

Outra política setorial que revelou uma expressão regional positiva foi a da educação superior. Até 2003, o país possuía 113 campi das universidades federais. Passados nove anos, em 2012, esse número pula para 248 campi, isto é, um aumento de 135 campi (119%). Essa expansão foi ocasionada pela implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2010 (vide figuras 6 a 8).



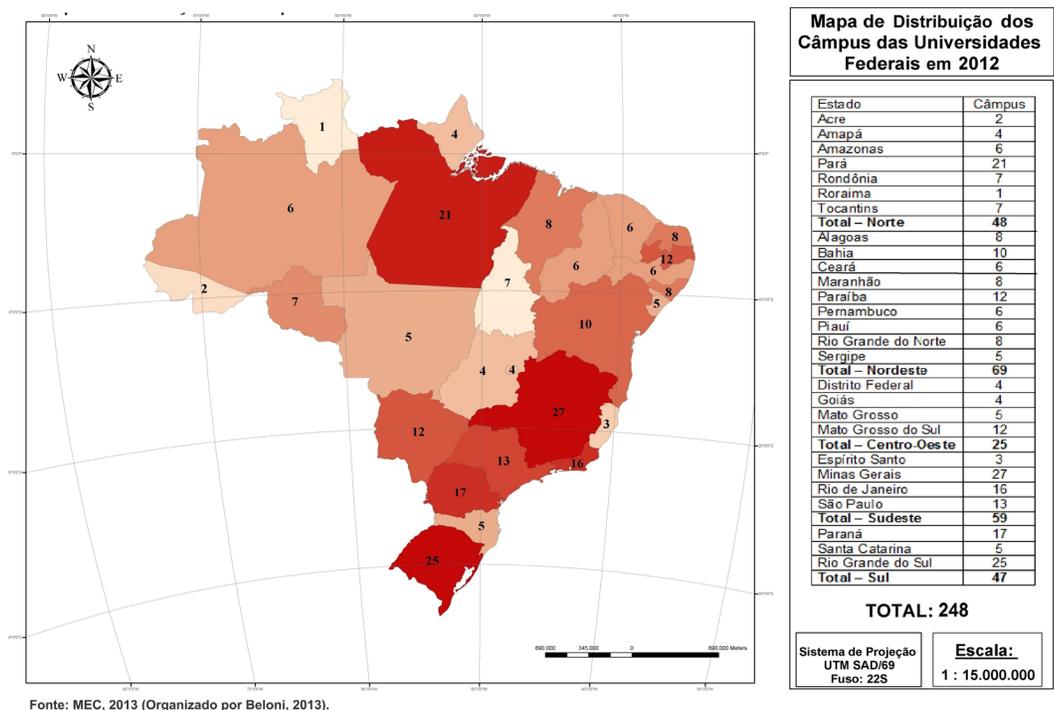
Fonte: MEC, 2013 (Organizado por Beloni, 2013)

FIGURA 6. MAPA DOS CAMPUS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – BRASIL – 2003.



Fonte: MEC, 2013 (Organizado por Beloni, 2013).

FIGURA 7. MAPA DE EXPANSÃO DOS CÂMPUS DAS UNIVERSIDADES FEREDAIS – BRASIL (REUNI) – 2003 A 2012.



Fonte: MEC, 2013 (Organizado por Beloni, 2013).

FIGURA 8. MAPA DOS CÂMPUS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – BRASIL – 2012.

Analisando regionalmente, a figura 7 mostra com transparência, a tendência à interiorização e à desconcentração regional, viabilizando o acesso ao ensino superior a milhares de brasileiros que, dado o padrão anterior, não obtiveram tal possibilidade. A existência desses *campi* em cidades médias contribui para o crescimento dos setores de comércio, serviços e vida cultural das mesmas. Por sua vez, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) possibilitou o acesso de jovens provenientes dos estratos com menos recursos financeiros à universidade, pela via do ensino privado (patrocinado com renúncia fiscal do governo federal). Ademais, somando-se os ensinos privado e público, constata-se que os dados sobre população com ensino superior completo melhoraram muito nos últimos quinze anos (ARAÚJO, 2013; BELONI, 2104).

O número de brasileiros portadores de diploma de nível superior teve uma ampliação de 128,81% entre 2000 e 2010, passando de 5,9 milhões para 13,5 milhões (IBGE, 2010). As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte vivenciaram maior expansão, pois aumentaram participação no total nacional: de 14,1% para 16,2%, de 7,1% para 8,6% e de 3% para 4,7%, respectivamente. A região Sudeste, apesar de ter dobrado o número de pessoas com ensino superior completo, diminuiu seu peso no total, passando de 59,7% para 54,1%. Por último, temos a região Sul, a qual também dobrou a população de ensino superior concluído, porém, conservando seu peso relativo no total do país, aproximadamente de 16%.

Ressaltamos que as tendências aqui apresentadas para o ensino superior se reproduzem na política de ensinos médio e profissional. A oferta se ampliou significativamente na Era Lula e as escolas também se interiorizaram e procuraram as regiões menos desenvolvidas do território nacional. Para Araújo (2013, p. 170), as políticas federais desse governo foram, em geral, propícias à diminuição da desigualdade regional do nosso país. Por outro lado, o cientista César Benjamin, vem nos últimos anos, sendo um severo crítico dos governos petistas em nível federal. Para ele, os governos de Lula e Dilma apresentam muito mais retrocessos do que avanços.

O PT assumiu o governo federal há dez anos, propondo-se inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento centrado no mercado interno; em vez disso, criou uma bolha de consumo que já não se sustenta. Prometeu aprofundar a democracia e resgatar os valores republicanos; em vez disso, atolou o Estado no fisiologismo, fortaleceu as oligarquias e desmoralizou a política. São aspectos gêmeos de um ciclo que está perto do fim, deixando o Brasil em voo cego. (BENJAMIN, 2013, p. 32).³¹

31 A Era Lula vai de 2003 a 2010; e a Era Dilma vai de 2011 a 2018. Portanto, o Partido dos Trabalhadores (PT) comanda/irá comandar o país por pelo menos 16 anos (nota dos autores).

A “interminável” crise inflacionária, que se prolongou até a metade dos anos 1990, e a experiência neoliberal, que se seguiu, interromperam a necessidade de procurarmos alternativas estratégicas para o país por duas décadas. Empossado em 2003, o governo do Lula significou a expectativa de finalmente interromper o empecilho, favorecido pelo fato de que logo se formou uma conjuntura internacional excepcionalmente propícia ao Brasil: nos anos posteriores, a alavancada dos preços dos produtos que exportamos possibilitou espaço para um aumento vertiginoso do mercado interno, sem que isso ocasionasse fortes tensões sobre as contas externas, nosso gargalo fundamental.

Ademais, observamos que a conjuntura conservou-se favorável mesmo com a crise financeira iniciada em 2008: a China manteve o seu crescimento, requisitando elevada quantidade de produtos brasileiros, enquanto os Estados Unidos regavam o mundo com dinheiro barato. Prosseguimos a dispor de um comércio exterior em expansão e financiamento externo farto.

O governo Lula aproveitou a maré e deu alguns passos na boa direção: manteve a política de aumentos reais para o salário mínimo, iniciada cerca de dez anos antes; expandiu os programas de transferência de renda, agora agrupados no Bolsa Família; patrocinou maior formalização no mercado de trabalho, o que ajudou a garantir um aumento na renda média dos assalariados; expandiu o crédito. (BENJAMIN, 2013, p. 32).

Esse mesmo autor aponta cinco questões, nas quais, segundo ele, não houve progressos durante a Era Lula:

- As políticas governamentais priorizavam a difusão de bens de consumo individual, como eletrodomésticos e automóveis; em detrimento dos equipamentos de uso coletivo, como: saúde, educação, saneamento, transporte de massas e segurança;
- O câmbio desalinhado e outros fatores geravam vestígios de uma desindustrialização prematura, desvinculada do aumento da renda *per capita*;
- O posicionamento internacional do Brasil retrocedia com a reprimarização da pauta de exportações;
- A procriação de empregos continuava aglutinada em atividades de pequena remuneração e baixa qualificação. Os novos postos de trabalho se aglutinavam na construção civil e no setor de serviços não ligados à produção (*motoboys*, vigilantes, balconistas);
- Renunciaram a infraestrutura econômica, com desgoverno na área de combustíveis líquidos, aumento de problemas na malha rodoviária, desorganização no setor elétrico; dentre outros questionamentos.

Ao optarem pelos caminhos mais fáceis, os governos do PT, em vez de abrirem um ciclo longo de desenvolvimento para o país, como desejávamos, aproveitaram a bonança internacional para criar uma bolha de consumo que está chegando ao fim, pois doravante não contaremos mais com o bônus que o mundo nos deu nos últimos anos. A China desacelera seu crescimento e diversifica seus fornecedores, enquanto os Estados Unidos anunciam o fim da política monetária frouxa que nos trazia dinheiro barato. Nosso saldo comercial, construído com produtos primários, desaba, enquanto o déficit em serviços e rendas continua em expansão, como um dos subprodutos da gigantesca desnacionalização da economia. Com o desequilíbrio externo, o Banco Central reinicia um novo ciclo de alta nos juros, o que conspira contra o crescimento, já medíocre, e agrava o quadro fiscal. Haverá, inevitavelmente, ajustes para baixo na renda e no emprego, num contexto em que o endividamento das famílias se tornou muito alto. (BENJAMIN, 2013, p. 32).

Ressaltamos que a desindustrialização continua avançando, resultando numa participação da indústria na economia nacional abaixo dos índices dos anos 1940. Ademais, observamos que a “nova classe média”, criada pelos marqueteiros, continua sem progressos significativos nas áreas de saúde, educação, saneamento básico, transporte e segurança.

Também, colocamos como desafio para o futuro do nosso país, a integração sul-americana. O empenho saudável de aproximar o Brasil dos seus vizinhos tem inserido no bloco de investimentos em infraestrutura econômica uma de suas primazias. No mapa desses investimentos, planejados pela Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), fica clara, por exemplo, a inexistência de investimentos no Nordeste. Portanto, a dimensão territorial do desenvolvimento socioespacial continua sendo um desafio nacional (ARAÚJO, 2013; EGLER, 2008 e 2009).

RESUMINDO:

As políticas territoriais descritas acima transformaram profundamente a sociedade, o Estado e o território, contribuindo para as mudanças ao nível da formação e da estrutura do território nacional. Dentre elas, destacamos:

- A construção da unidade nacional e da integração nacional;
- A modernização conservadora;
- O enxugamento do Estado associado à competitividade do território;
- e
- O desmantelamento das conquistas sociais.

Concluindo: os debates e projetos das futuras políticas territoriais brasileiras só poderão ser feitos conjuntamente, entre Governo (nos seus diferentes níveis) e sociedade civil (por meio de suas entidades). Para tanto, precisamos da confecção de um forte pacto federativo que leve à construção de um novo projeto nacional, no qual se privilegie dessa vez o povo brasileiro, isto é, a construção da Nação brasileira. Assim, estaremos melhor preparados para as próximas décadas do século XXI.



CAPÍTULO III: A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

A DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA RURAL NO BRASIL

O problema central do setor agrário brasileiro é a desigualdade entre aqueles que controlam e monopolizam a terra e os trabalhadores e pequenos proprietários rurais. Essa desigualdade é resultado de um conjunto histórico de fatores políticos e econômicos que diferenciam economicamente os agricultores.

Para Fernandes (2004), a questão agrária brasileira nasceu devido ao desenvolvimento contraditório do capitalismo que produz simultaneamente a riqueza e a pobreza. A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Gera também o conflito, porque as pessoas são sujeitos históricos que resistem à exploração e à expropriação. O desenvolvimento político e econômico é também o desenvolvimento de conflitos. O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas. Um conflito por terra, por exemplo, é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. Um conflito pode ser neutralizado ou pode ser resolvido, entretanto, a conflitualidade

não. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta.

Isso significa dizer que, de modo geral, as ações mais atuais não tocam de fato na estrutura fundiária, preservando ainda a concentração da propriedade, do poder e da renda, mesmo que de modo menos intenso que no período colonial, imperial, república e período de redemocratização (BAUER, 1998). Para Bauer (1998, p. 148), as relações de produção e de dominação no campo têm origem na época colonial (1500-1822):

No Brasil colônia, as estruturas internas de produção então introduzidas caracterizavam-se por uma rígida especialização e monocultura voltadas para o mercado externo, concentrando-se inicialmente na região costeira nordestina, cujas terras eram propícias para a produção do açúcar, produto de alto valor no mercado europeu. Às margens, subsidiárias e dependentes da economia de exportação, surgiram outras atividades econômicas, como a pecuária e a economia de subsistência, em função das necessidades do abastecimento com animais de carga e alimentos.

O solo, desde o início, foi controlado por súditos portugueses por meio do sistema de doações. Para Oliveira (2005), desde os primórdios do período colonial a distribuição e acesso à terra foi desigual: “[...] primeiro foram as capitâncias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas estão na origem de grande parte do latifúndio do país. São frutos da herança colonial quando a terra era doada pela Coroa aos membros da corte” (OLIVEIRA, 2005, p. 481).

Essa estrutura foi desenvolvida pela Coroa portuguesa diante do perigo de terem suas melhores e mais acessíveis terras ocupadas por franceses, holandeses e ingleses que enviavam expedições e construía bases militares no Brasil colônia. O povoamento passou a ser realizado por meio da concessão e instituição de domínios plenos aos nobres empobrecidos da Metrópole. Africanos, na condição de escravos, e grandes levas de colonizadores portugueses, efetivaram a produção (BAUER, 1998).

Para Bauer: “[...] após 25 anos da fracassada tentativa das ‘capitâncias hereditárias’, a Coroa portuguesa ao instituir a Governadoria Geral, introduziu o sistema de doações de terras das ‘sesmarias’³², que teria importância decisiva na conformação da estrutura fundiária brasileira” (1998, p. 151). A

32 A área de uma sesmaria, instituída no Brasil colônia em 1530, variava muito. Uma légua (de sesmaria) equivale a 6.600 metros (4.356 hectares). No início, as sesmarias no Brasil podiam atingir áreas imensas, como 10 (43.560 ha) ou 20 léguas (87.120 ha). A demanda por terras levou o governo metropolitano a limitar as sesmarias a quatro léguas de comprimento e uma de largura (17.424 ha). A partir de 1697, reduziu-se esse limite para três léguas (13.068 ha) e depois, sucessivamente, para duas (8.712 ha), uma (4.356 ha) e meia légua (2.176 ha) (NEVES, 2001).

‘Lei das Sesmarias’, criada em Portugal em 1375, vigorou no Brasil colônia até a independência. As terras podiam ser ocupadas por uma única pessoa que podia “[...] pleitear e receber várias sesmarias³³, requerendo glebas para si, para membros de sua família e parentes distantes e mesmo para filhos ainda não nascidos” (BAUER, 1998, p. 152).

O trabalho escravo de índios, inicialmente, e de africanos, posteriormente, impediu o surgimento de um mercado de trabalho livre. Além disso, com uma colonização orientada para grande produção ao mercado externo, não permitia, no Brasil colônia, a constituição de pequenos e médios produtores rurais de modo autônomo.

Mesmo as pequenas propriedades que começaram a se formar em fins do século XIX ocuparam áreas marginais (terras florestais e/ou acidentadas, e com difícil acesso aos mercados) em regiões³⁴ que não interessavam ao latifúndio, muitas vezes insuficiente para manter as famílias, mas que buscavam garantir a produção para o mercado interno e ao próprio latifúndio (BAUER, 1998).

O acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro com a Lei de Terras de 1850. A Lei limitava, ou mesmo impedia o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade, ou quaisquer outros que não possuíssem capital suficiente (OLIVEIRA, 2005). Assim, por exemplo, abolida a escravidão em 1888, os escravos recém-libertos foram impedidos de ter acesso à terra.

Até a Revolução de 1930 os grandes proprietários rurais constituíam hegemonicamente a classe dominante. Nem o avanço do capitalismo industrial, a partir dos anos de 1930/40, com a ascensão política da classe média urbana e da incipiente burguesia industrial, juntamente com a emergência das massas urbanas no plano político, apesar de ter quebrado a hegemonia das oligarquias rurais, não afetou de fato seu poder e influência (BAUER, 1998). A concentração fundiária brasileira foi reforçada pela importante estratégia de que o latifúndio se utilizou para manter a terra como reserva de valor.

Esse traço característico da estrutura agrária brasileira está na base do processo de concentração fundiária existente no país, que de certo modo caracteriza o campo como dominado pela pecuária de corte

33 O primeiro regime de propriedade, o de sesmarias, durou três séculos e dividia as doze capitanias hereditárias em extensões maiores que Fortaleza e Belo Horizonte juntas. As sesmarias eram enormes e os limites imprecisos. Em documentos históricos, existem terras que terminam ‘onde mataram o Varela’. Há outra fazenda que ia até ‘a casa onde estão uns cajus grandes’. Às vezes, para medir a terra, acendia-se um cachimbo, montava-se um cavalo e ia-se em frente. Quando o cachimbo apagasse, acabando o fumo, marcava-se uma légua. Na maioria das vezes, o beneficiário não conhecia sequer os limites dos terrenos que tinha recebido (PETRY, 1997).

34 Sul do Brasil, Petrópolis e Nova Friburgo no RJ, Sul do Espírito Santo, São Paulo, etc.

estrutura produtiva, verifica-se que o caráter da terra como reserva de valor se manifesta na terra improdutivo, em parte na terra ainda coberta por mata natural contida nos latifúndios e, sobretudo, na terra ocupada por pastagens. (OLIVEIRA, 2005, p. 506).

Segundo Oliveira (2005), até a Constituição de 1967 limitava-se em 10 mil hectares a área de terra devoluta/pública máxima a ser vendida a brasileiros natos ou estrangeiros naturalizados. Na Constituição de 1967 limitou-se a área máxima em 3 mil hectares e a Constituição de 1988 limitou-a em 2,5 mil hectares (OLIVEIRA, 2005).

Com essa limitação legal, para poderem expandir as terras, os latifundiários passaram a adotar a estratégia da grilagem de terra. Para Fernandes (1999), muitas terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos por responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim os grileiros formaram os latifúndios. Territórios indígenas, terras de camponeses e posseiros também foram invadidas por grileiros.

Entretanto as tentativas de redistribuição de terras foram abortadas ainda no início, como a de João Goulart, no início dos anos de 1960, ou não saíram ou mal saíram do papel como as de Castelo Branco, no regime militar e José Sarney, no período pós-ditadura (BAUER, 1998).

Em 1964, no primeiro governo do período militar (1964-1967), o Estatuto da Terra foi editado, com propostas bastante abrangentes de reforma agrária. A força das novas alianças e o argumento dos técnicos que foram chegando aos ministérios econômicos modificou essa postura, colocando a reforma agrária como realização secundária, sendo que no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), plano mais significativo do período (1972-1974), o tema foi abolido da discussão (GONÇALVES NETO, 1997).

Na transição dos governos militares para os civis, no chamado período de redemocratização, o governo anunciou no IV Congresso Nacional da Contag (Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura), a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra. O objetivo era desapropriar 43,09 milhões de hectares e assentar 1,4 milhão de famílias em cinco anos (1985/1989). Para elaborar o PNRA criou-se, no governo José Sarney, o Ministério da Reforma Agrária (MIRAD) (OLIVEIRA, 2005).

O MIRAD foi extinto em 1989 e suas competências foram assumidas pelo Ministério da Agricultura. Em 2000, houve a instituição do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e em seu âmbito foi criada a Secretaria do Reordenamento Agrário (SRA) e incorporado o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), uma autarquia criada em 1970.

Em 1985, em Goiânia, proprietários de terra criaram a União Democrática Ruralista (UDN), para coordenar nacionalmente a ação dos latifundiários contra a reforma agrária. Até hoje essa entidade tem atuado no apoio à eleição de deputados e senadores que votam contrários a propostas de reforma agrária (OLIVEIRA, 2005).

Apenas 10% das metas do IPNRA foram atingidas. Do plano de assentar 1,4 milhão de famílias, foram assentadas apenas 140 mil. “O resultado da ação do Estado referente aos assentamentos rurais foi: de 1927 a 1963 foram assentadas em projetos de colonização no Brasil, oficialmente, 53 mil famílias; de 1964 a 1984, entre colonização e assentamentos, 162 mil famílias; de 1985 a 1994, foram assentadas 140 mil famílias” (OLIVEIRA, 2005, p. 533).

Para Veiga (2003 *apud* FERNANDES, 2004, p. 30), entre 1995³⁵ e 2001 foram obtidos quase 20 milhões de hectares, por meio de desapropriações de propriedades que não cumpriam a função social. Para o INCRA (2013), até 2002 foram assentadas 599.021 famílias em 5.512 assentamentos rurais.

Ainda segundo o INCRA (2013), de 2003 a 2013 foram assentadas 689.423 famílias em 1.076 assentamentos rurais. Ao todo, há no Brasil 9.255 assentamentos, 969.853 famílias assentadas e 88.311.886,89 hectares de área incorporada ao programa de reforma agrária. Desses projetos de assentamento, até 2013, 13,61% foram no Centro-Oeste do Brasil; 8,97% no Sul; 8,36% no Sudeste; 45,98% no Nordeste; e 23,06% no Norte (INCRA, 2014). Os dados demonstram, portanto, que quase 70% dos projetos de assentamento ocorreram no Norte e Nordeste do Brasil.

Oliveira (2005) destacou que o aumento dos conflitos no campo e o crescimento dos movimentos sociais revelam que, mais cedo ou mais tarde, o país terá que fazer uma ampla reforma agrária, ou então terá que continuar a conviver com uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e com os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A reforma agrária ampliaria ainda a oferta de alimentos e de empregos para milhões de brasileiros.

De acordo com Silva (1981) a reforma agrária reivindicada é para os trabalhadores rurais “[...] uma estratégia para romper o monopólio da terra”. Ainda, é uma “[...] mudança na estrutura política e social no campo, sobre a qual se assenta o poder dos grandes proprietários de terras” (SILVA, 1981, p. 93).

Apesar dos 88,3 milhões de hectares de terras desapropriados até 2013, a concentração fundiária brasileira ainda é a maior do mundo. Em 2006 mais da metade da população detinha menos de 3% das terras e 46 mil pessoas ficam com quase a metade delas. Segundo Antônio (2010, p. 433) “[...] em 1985,

³⁵ Em 16/04/1996 houve o massacre de Eldorado dos Carajás – PA, que intensificou o processo de assentamentos (FERNANDES, 2004).

[...], apenas (27) vinte e sete detentores de terras, no Brasil, possuíam um total de 25,5 milhões de hectares, isto é, uma área quase três vezes do território de Portugal.”

As propriedades acima de 2.000 hectares, que são apenas 15 mil agricultores, detêm 98 milhões de hectares (29,36% da área total). Conforme a tabela 6, os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares, que representam 47,8% do total de estabelecimentos agropecuários no Brasil, ocupam 2,3% da área total agricultável. Os estabelecimentos de mais de 1.000 hectares, que correspondem a apenas 0,91% dos proprietários (menos de 50 mil), concentram 45% da área agricultável (mais de 150 milhões de hectares) (CR, 2015; IBGE, 2006). As desigualdades se estendem aos números sobre ocupação da mão de obra rural. A agricultura familiar, que detém cerca de 24% das terras, ocupa 75% dos trabalhadores do campo (15,3 pessoas a cada 100 hectares). O setor patronal, que tem 76% das terras, ocupa apenas 25% da mão de obra (1,7 pessoas por 100 hectares) (CR, 2015; IBGE, 2006).

O mais impressionante é que, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 62,4% da área do total dos imóveis rurais é improdutivo. Ganha-se deixando a terra parada, esperando a especulação imobiliária cumprir seu papel, aumentando o valor do hectare. Percebe-se essa informação ao se analisar os dados do IBGE (2006), que destaca o fato de que a agricultura familiar gera um Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 677/ha, que é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar.

TABELA 6. ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA – 2006

GRUPO DE ÁREA TOTAL	NUMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (UNIDADES)	%	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (HECTARES)	%
Menos de 10 ha	2.477.151	47,86	7.798.777	2,34
10 a menos de 100 ha	1.971.600	38,09	62.893.979	18,85
Menos de 100 ha	4.448.751	85,96	70.692.756	21,19
100 a menos de 1000 ha	424.288	8,20	112.844.186	33,82
1.000 ha e mais	47.578	0,92	150.143.096	45,00
TOTAL	5.175.636	100	333.680.037	100

FONTE: IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2006.

Segundo IBGE (2006), apesar de ocupar apenas 24% da área total dos estabelecimentos agropecuários (tabela 7), a agricultura familiar é responsável por 38% (R\$ 54 bilhões) do Valor Bruto da Produção (VBP) gerado. As

regiões Nordeste e Sul concentram respectivamente 50% e 19% do total dos estabelecimentos agropecuários familiares, enquanto ficam com 35% e 16%, respectivamente, da área total dos estabelecimentos. A agricultura familiar é responsável por 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 46% de milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 16% da soja. Quanto aos produtos de origem animal, a agricultura familiar é responsável por 58% do leite, 50% de aves, 59% de suínos e 30% de bovinos.

A concentração fundiária e a violência estruturam as relações sociais e de poder no campo brasileiro, pois os grandes proprietários continuam a expressar-se não apenas economicamente, mas social e politicamente. As lutas contra o latifúndio tiveram a atuação, dependendo do momento, ou da Polícia Federal ou com ações do judiciário nas reintegrações de posse. Em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) implantou o Programa Cédula da Terra (depois chamado de Banco da Terra) a fim de impedir invasões dos movimentos sociais de luta pela terra. Transferiu-se a questão da terra do campo da política para o campo do mercado (compra e venda) (FERNANDES, 2004). Atualmente o Programa Nacional de Crédito Fundiário, ligado à Secretaria do Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, atende a agricultores familiares sem terra ou com pouca terra para a aquisição de propriedades rurais. Os juros são de 0,5% a 2% a.a. e prazos de até 35 anos (MDA, 2015).

TABELA 7. PERFIL AGRÁRIO DO BRASIL – 2006

GRUPO	Nº DE ESTABELECIMENTOS (UNIDADES)	%	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (HECTARES)	%
Agricultura familiar	4.366.267	84,36	80.102.694	24,00
Agricultura não familiar	809.369	15,64	253.577.343	75,99
TOTAL	5.175.636	100	333.680.037	100

FONTE: IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2006.

Conforme a tabela 8, entre 1995 e 2013, 696 pessoas foram assassinadas devido a conflitos no campo brasileiro (média de 36,63 assassinatos no período). Ao todo ocorreram 22.688 conflitos. Somente em 2013, 573.118 pessoas estiveram envolvidas em conflitos no campo e 6,2 milhões hectares estiveram envolvidos em algum tipo de conflito (destaque para 2009, quando 15,1 milhões de hectares estiveram envolvidos em conflitos) (CPT, 1995 a 2013). Deve-se destacar que, por meio da CPT, a igreja passou a defender os que estão sofrendo expropriações e violências no meio rural, atacando a

modernização conservadora da agricultura³⁶ e em especial, no setor agrário, a concentração fundiária.

Para Gonçalves e Alentejano (2009), a violência do poder privado concentrou-se entre 1985-1990 e 2003-2009. A atuação dos movimentos sociais e a repressão estatal intensificaram-se entre 1996-2000 e 2003-2009, e 2003-2009 caracterizou-se como o de maior violência e conflitividade. Quanto ao número de famílias envolvidas em conflitos nos últimos 25 anos (1985-2009), 39% do total foram no Centro-Sul, 33% na Amazônia e 28% no Nordeste. A Amazônia detém 63% do total de assassinatos, o Centro-Sul 19% e o Nordeste 18%. Quanto ao número de famílias expulsas, a Amazônia se destaca com 39% do total, o Nordeste com 33% e o Centro-Sul com 28% (GONÇALVES e ALENTEJANO, 2009)³⁷.

TABELA 8. COMPARAÇÃO DOS CONFLITOS NO CAMPO (1995-2013).

ANO	Nº de conflitos*	Assassinatos**	Pessoas envolvidas***	Hectares
1995	554	41	381.086	3.250.731
1996	750	54	935.134	3.395.657
1997	736	30	506.053	3.034.706
1998	1.100	47	1.139.086	4.060.181
1999	983	27	706.361	3.683.020
2000	660	21	556.030	1.864.002
2001	880	29	532.772	2.214.930
2002	925	43	451.277	3.066.436
2003	1.690	73	1.190.578	3.831.405
2004	1.801	39	1.083.232	5.069.399
2005	1.881	38	1.021.355	11.487.072
2006	1.657	39	783.801	5.051.348
2007	1.538	28	795.341	8.420.083
2008	1.170	28	502.390	6.568.755
2009	1.184	26	628.009	15.116.590
2010	1.186	34	559.401	13.312.343
2011	1.363	29	600.925	14.410.626
2012	1.364	36	648.515	13.181.570
2013	1.266	34	573.118	6.228.667

FONTE: CPT, 1995-2013.

* Conflitos de terra (ocorrências de conflitos, ocupações/retomadas, acampamentos), conflitos trabalhistas (trabalho escravo, exploração), áreas de garimpo e conflitos pela água.

**Devido a conflitos de terra, trabalhistas e pela água.

***Em conflitos de terra, trabalhistas e pela água.

É nesse contexto de miséria e exploração que emergem os movimentos sociais rurais (Ligas camponesas, Movimento dos Sem Terra). Eles expressam

36 Assunto a ser discutido na seção seguinte.

37 Para saber mais: CPT. Conflitos no campo - Brasil 2013. Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/43-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/344-conflitos-no-campo-brasil-2013?Itemid=23>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto; ALENTEJANO, Paulo Roberto. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. Conflitos no campo Brasil, 2009.

formas de reação e protesto dos segmentos mais pobres da população contra relações de produção e de dominação da grande propriedade fundiária (BAUER, 1998).

MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO

As transformações sociais, econômicas e tecnológicas no campo brasileiro, principalmente a partir dos anos 1960, intensificaram a atuação dos movimentos sociais rurais. Tais movimentos têm se mobilizado por terra, melhores condições de trabalho, saúde e educação, e por uma estrutura fundiária mais justa.

O Movimento das Ligas Camponesas, entre os anos de 1950 e 1960, foi o primeiro movimento social rural mais amplo a aparecer no Brasil. Surgiu na Zona da Mata nordestina e lutou contra a expropriação e a exploração causada pelo avanço do latifúndio na região. Começou com a fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPP), em 1954, no engenho de Galileia, município de Vitória de Santo Antão (PE). “Assim, as Ligas, lideradas por Francisco Julião, logo se alastraram pelo Nordeste e por todo o país, marcando, através dos movimentos e manifestações, a primeira forma de luta pela reforma agrária no Brasil” (OLIVEIRA, 2005, p. 523).

Paralelamente, no Rio Grande do Sul, nos anos 1950, surgiu o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), ficando circunscrito àquele estado. Os agricultores sem terra eram assalariados, parceiros e também pequenos proprietários. Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos e territorializaram a luta por todo o estado (FERNANDES, 1999). Entre os anos de 1940 e meados de 1960, diversos movimentos sociais rurais ocorreram em Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Maranhão, entre outros.

Diante dessas situações, o governo federal de João Goulart criou a SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), em 1962, que chegou a iniciar a primeira tentativa de implantação da reforma agrária, por meio de um decreto que autorizava a desapropriação de terras numa faixa de 20 km ao longo das rodovias do país. O Golpe Militar de 1964 aniquilou os movimentos sociais rurais, extinguiu a SUPRA e criou o INCRA e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que reforma agrária nunca realizou (OLIVEIRA, 2005).

Apesar dos governos militares elaborarem estratégias geopolíticas para impedir as lutas dos trabalhadores do campo, como o controle da atuação dos sindicatos, as grandes transformações provocadas em diferentes regiões do país, sobretudo ligadas à modernização da agricultura, urbanização e industrialização, criaram novas condições e formas de luta pela terra. O número de conflitos no campo cresceu e alastrou-se por todo o país. Os conflitos tornaram-se mais intensos nas regiões de ocupação mais antiga (Nordeste, Sul e Sudeste) revelando as contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Nos anos 1970, ainda no período militar, a política territorial voltada para os incentivos fiscais aos empresários (que acabavam ocupando terras de indígenas, pequenos proprietários e posseiros), de um lado, e de outro fomentando, também na Amazônia, a colonização como alternativa à reforma agrária nas regiões de ocupação antiga, criou o cenário para a violência. A implantação de grandes projetos agropecuários na Amazônia (principalmente no Pará), norte do Tocantins, sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará (região conhecida como Bico do Papagaio), e no Mato Grosso gerou numerosos conflitos entre grandes proprietários e posseiros (OLIVEIRA, 2005). O mesmo autor reforçou que os estados do Pará, Rondônia, Acre e Roraima receberam projetos de colonização pública. Partes do Mato Grosso se caracterizaram por projetos de colonização privada. Assim, índios, posseiros, colonos e grileiros constituíram personagens de conflitos.

Desse modo os movimentos sociais rurais chegam à Amazônia, como é o caso dos seringueiros do Acre que têm lutado contra o latifúndio e pela implantação de reservas extrativistas, como forma de preservar a floresta e de viabilizar a reforma agrária na região. Um dos líderes dos seringueiros foi Chico Mendes, que contribuiu decisivamente na criação das primeiras reservas extrativistas e projetos de assentamento em Xapuri - Acre, assassinado em 1988 (OLIVEIRA, 2005).

Os povos indígenas também têm lutado para a preservação de suas terras, pressionando o Estado a reconhecê-las. Mesmo lutando, esses povos têm tido sua sobrevivência ameaçada pelas constantes invasões de suas terras, quer por fazendeiros, grileiros e garimpeiros, ou pelo próprio Estado, que elabora planos de construção de hidrelétricas, estradas ou bases militares no interior de reservas indígenas (OLIVEIRA, 2005). Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), atualmente existem 462 terras indígenas regularizadas que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), órgão máximo do sindicalismo rural brasileiro, foi fundada no final de 1963, luta pelos direitos de mais de 15,7 milhões (PNAD/IBGE, 2009 *apud* CONTAG) de

homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores(as) familiares, acampados(as) e assentados(as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. São 27 federações dos trabalhadores na agricultura dos estados (FETAGS), que reúnem mais de 4 mil Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) filiados e sofreram forte intervenção durante o período militar (CONTAG, 2015).

Os antecedentes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), criado efetivamente em 1991 no I Congresso Nacional de Atingidos por Barragens, surgiram no final dos anos 1970, devido à mobilização de agricultores familiares em relação à problemática da instalação de hidrelétricas no Vale do Rio Uruguai, localizado entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Reações de populações atingidas já haviam ocorrido em relação à instalação da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná. Esse movimento contou com o envolvimento da Igreja Católica e da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Outros exemplos aparecem no Nordeste, na construção das barragens de Sobradinho e Itaparica no Rio São Francisco e Tucuruí no Rio Tocantins, Pará. Nessas áreas foram criadas, inicialmente, as Comissões Regionais dos Atingidos por Barragens (CRAB) (SCHERER-WARREN e REIS, 2007).

Entretanto, dentre os mais expressivos movimentos sociais surgidos nos anos de 1980 pode-se citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)³⁸. Em sua página do *facebook* consta que o MST atua em 23 estados e DF, nas cinco regiões do país, e quinhentas mil famílias conquistaram terra por meio de sua atuação. O MST nasceu como um movimento de massa, de contestação contra o não cumprimento pelo Estado da reforma agrária.

Oficialmente o MST foi fundado em 1984, em Cascavel, Paraná. Condicionado, sobretudo, pela desigualdade de distribuição de terras, a pobreza, a falta de oportunidades de emprego e a violação dos direitos humanos no meio rural, o MST é para Carter (2006), a principal organização popular da América Latina e um dos mais importantes movimentos sociais pela reforma agrária na história mundial. Surgiu sob o escudo da CPT, entidade ecumênica patrocinada pela Igreja Católica, como uma aglomeração de pequenos agricultores envolvidos na luta pela terra na metade Sul do Brasil.

Em outubro de 1985, 200 caminhões, ônibus e carros saíram de 32 municípios do Rio Grande do Sul a fim de ocupar a Fazenda Annoni, atual município de Pontão, de 9.200 hectares, na maior parte improdutivo. “Mais de 6.000 pessoas participaram no que até então era a maior e mais bem planejada ocupação de terras na história do Brasil” (CARTER, 2006, p. 126). Foram oito anos de mobilizações (ocupações, comícios, greves de fome, marchas e bloqueios)

38 Para saber mais consultar a obra: CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: UNESP, 2010.

onde vivem atualmente 420 famílias. Outro exemplo foi o acampamento dos sem terra, ainda em 1981, em Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta. As áreas de conflitos estavam separadas por aproximadamente 20 km.

Nos anos 1990, a intensificação das mobilizações e a ampla cobertura da mídia de acontecimentos dramáticos no meio rural, fizeram com que o MST obtivesse ampla visibilidade nacional e internacional. Um desses acontecimentos foi em Corumbiara, Rondônia, onde nove membros de uma organização local de sem-terras foram mortos pela polícia. O mais contundente fato foi, porém, a morte de 19 agricultores do MST em Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996. Um ano depois, por meio da grande marcha nacional do MST a Brasília, 100 mil pessoas manifestaram-se em frente ao Congresso Nacional. Dos anos 1980 para os de 1990 o perfil dos participantes das ocupações mudou, como se pode observar na citação abaixo.

Na década de 1980, as famílias sem-terra participantes das ocupações eram predominantemente de origem rural. Com a intensificação da mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural, na década de 1990, nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou. (FERNANDES, 2004, p. 50).

A redemocratização, a partir de 1985, favoreceu a organização dos movimentos sociais e a intensificação de movimentos reivindicatórios de acesso à terra e a participação da sociedade civil na elaboração e condução das políticas públicas. Esse processo ganhou força com a crise financeira do Estado brasileiro na década de 1980, com a adoção de medidas neoliberais³⁹ a partir do início dos anos de 1990 e com a descentralização político-administrativa contida na Constituição Federal de 1988, mesmo que sem incremento dos recursos financeiros (HESPAHOL, R., 2010).

As administrações municipais passaram a ter maiores responsabilidades e reapareceram as discussões em torno do desenvolvimento rural. Os municípios passaram a ser a instância adequada para a implantação, gestão e fiscalização das políticas. A participação representativa se daria “[...] por meio da criação de conselhos e da organização coletiva da sociedade, expressa nos movimentos sociais, nas associações, nos sindicatos, nas cooperativas e Organizações Não Governamentais (ONGs)” (HESPAHOL, R., 2010, p. 570).

A Contag e o MST, por exemplo, trouxeram a partir de 2002 para o cenário político as demandas de vários sujeitos sociais antes marginalizados nas políticas de Estado, dentre eles, os agricultores familiares, as mulheres, os jovens e as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc). A

³⁹ Abertura dos mercados, controle dos gastos públicos, privatização de empresas estatais, passagem para a iniciativa privada a manutenção e a exploração de alguns serviços públicos básicos (HESPAHOL, A., 2010).

criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, foi um marco de uma política diferenciada aos pequenos agricultores – vide gráfico 3 (HESPANHOL, R., 2010). Entretanto, a agricultura familiar, mesmo representando 84,3% dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, permanece com a menor fatia do crédito rural, com apenas 25,6% do total disponibilizado.

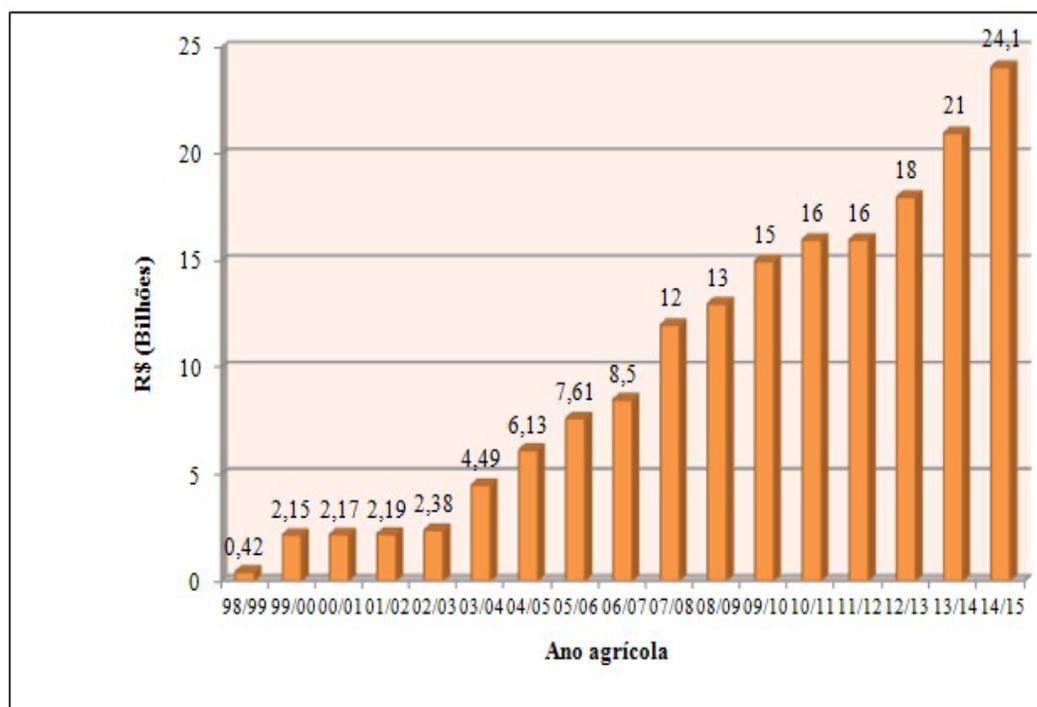


GRÁFICO 3. VALORES (R\$ BILHÕES) DESTINADOS AO CRÉDITO PRONAF (CUSTEIO E INVESTIMENTO).

FONTE: MDA/SAF (1998/1999 – 2014/2015).

Em 2003, com base na abordagem territorial do desenvolvimento o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou os territórios rurais. A identidade territorial tornou-se a base para a configuração dos territórios rurais para que contribuíssem com a coesão social e com o desenvolvimento local a partir da cooperação entre municípios e da participação dos atores locais. A ideia central era superar a abordagem setorial das políticas públicas para o meio rural construindo-as de baixo para cima, com a participação da sociedade (MDA, 2015)

São 164 territórios rurais abrangendo 2.501 municípios (44,9% do total). A criação dos territórios rurais levou em consideração o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e reduzido dinamismo econômico, além da concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária, quilombolas e beneficiários do Programa Bolsa Família. Além disto, o território

não pode ter mais que 80 hab./km² e os municípios que participam do território não podem ter mais que 50 mil habitantes. Considerando o rural não exclusivamente agrícola, mas multifuncional, os territórios buscam explorar, por exemplo, o turismo rural e as agroindústrias familiares (MDA, 2015).

Em 2008, 120 territórios rurais foram incorporados ao Programa territórios da cidadania, articulados pela Casa Civil, mas com a participação de diversos ministérios. Os territórios da cidadania foram selecionados entre aqueles mais fragilizados e que necessitavam de uma atenção emergencial, e compreendem 1.852 municípios (33,2% do total). Os territórios rurais ou da cidadania são constituídos de colegiados territoriais com representantes das organizações sociais e do poder público (MDA, 2015).

Os territórios rurais e da cidadania devem ser capazes de suprir as demandas entre os atores sociais do território e suprimir os conflitos. A concentração da terra e da renda, permanência de uma lógica produtivista e setorial e reduzido envolvimento da população, ainda influenciam nas experiências da abordagem territorial do desenvolvimento (HESPANHOL, A., 2010).

O Programa de Aquisição de Alimentos, PAA, de 2003, é outra política que se enquadra no esforço em eliminar a fome. “Isento de licitação, o programa funciona de maneira a adquirir os alimentos produzidos pelos agricultores familiares do município a preços baseados na cotação do mercado regional e fornecê-los a escolas e/ou instituições assistenciais que atendem a grupos de pessoas carentes” (OLIVEIRA, 2005, p. 575).

Do ponto de vista de implantação dessas políticas, os princípios da descentralização, da participação representativa e da organização coletiva estão presentes. Há ainda muito que avançar já que são limitados o volume de recursos destinados (e efetivamente utilizados) e o número de beneficiados.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E SEUS EFEITOS

Em fins dos anos de 1960 houve o esgotamento do modelo de substituição de importações, iniciado nos anos de 1930. A continuidade do processo de industrialização, em razão do esgotamento do modelo que previa atender às necessidades internas, necessitava de profundas transformações no meio rural (GONÇALVES NETO, 1997).

Tais transformações exigiram o debate em torno das questões agrária e agrícola, entre interferir ou não na estrutura da propriedade rural do país. Havia dois eixos de debate.

Por um lado, por intermédio de uma reforma agrária que ampliasse a participação dos trabalhadores no acesso à terra; e, por outra, a modernização agrícola como forma de promover o incremento da produção e a melhoria das condições de vida do trabalhador rural, dispensando-se a reforma agrária. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 78).

Com o golpe de 1964, os militares assumiram o poder e instituíram uma Lei de reforma agrária, o Estatuto da Terra, e buscaram converter parte dos latifúndios em modernas empresas rurais. A reforma agrária, nesse momento, apesar de ter sido posta como prioridade no Estatuto, na prática foi colocada em um segundo plano.

Para modernizar a agricultura brasileira o Estado implantou políticas agrícolas a fim de incentivar a incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais. Foram políticas setoriais, pois visavam ao aumento do volume produzido de alimentos e matérias-primas e dos índices de produtividade das lavouras, por meio da adoção de inovações tecnológicas (HESPANHOL, R., 2010). Consequentemente, houve a manutenção das elites rurais, pois, a política para o setor rural dos governos do regime militar voltou-se para uma modernização do tipo conservadora, sem alteração da estrutura fundiária e privilegiando o setor que produz para o mercado externo (GONÇALVES NETO, 1997).

A modernização da agricultura provocou um conjunto amplo de alterações, resultando, sobretudo, no processo de urbanização e industrialização. Para Gonçalves Neto (1997, p. 230), a modernização da agricultura seria estrategicamente importante para atender a um conjunto de objetivos:

Pelo fornecimento de mão de obra às cidades; pela garantia do consumo interno, sobretudo de forma a não pressionar a cesta básica do trabalhador, que poderia gerar pressões salariais e interferir na taxa de lucro urbana; de fornecimento de produtos para a exportação, produzindo divisas que dessem condições ao setor urbano-industrial

de manter o ritmo necessário de importações, não freando o seu crescimento; pelo consumo de uma parte da produção industrial e de fornecimento de matérias primas industriais a baixo custo; e, posteriormente, pela substituição de produtos que pesassem negativamente na balança comercial.

Assim, entre meados da década de 1960 e início dos anos de 1980 o Estado brasileiro atuou fortemente na agricultura, por meio de políticas públicas visando o aumento da produtividade via pacote tecnológico da Revolução Verde. Tais políticas foram descendentes e seletivas, tanto em termos regionais, quanto referentes a produtos e produtores, sendo mais expressivas, portanto, no Centro-Sul, junto às grandes propriedades e nas culturas destinadas ao mercado externo.

A Revolução Verde, amplamente difundida após a Segunda Grande Guerra, baseou-se em um padrão tecnológico químico, motomecânico e biológico e expandiu-se pelos EUA, alguns países da Europa e países periféricos como o Brasil e Argentina. Ficou conhecida como a Segunda Revolução Agrícola e tornou a agropecuária dependente do setor industrial (HESPANHOL, A., 2010).

A Revolução Verde passou a ser criticada ainda nos anos 1970. Isso porque ela não resultou na superação da fome e nem melhorou a qualidade de vida das populações das zonas rurais. Para Hespagnol, A., (2010), a fome não deriva da incapacidade de se produzir alimentos, mas na desigual distribuição de renda, que inviabiliza o ingresso aos mercados das populações da África, Ásia e América Latina.

Um dos principais mecanismos utilizados pelo Estado para a expansão dos pacotes tecnológicos e a garantia da modernização da agricultura, foi a criação, em 1965, do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Parte dos produtores, sobretudo os pequenos, não conseguiram ter acesso ao crédito rural, pois não ofereciam as garantias exigidas pelo sistema financeiro. Conseqüentemente, ficaram à margem do processo de alteração da base técnica da agricultura, aumentando a concentração fundiária e o êxodo rural (HESPANHOL, R., 2010).

A Lei que criou o SNCR foi a 4.829/65. Em 1977, por exemplo, a diferença, com relação a 1960 era de 12 vezes em termos de volume de crédito. As taxas de juros eram sempre menores que as da inflação, sobretudo entre 1969 a 1980. Em 1979 o crédito rural respondeu por mais de 90% do valor das vendas de tratores, mas atingia apenas entre 20% e 25% dos estabelecimentos rurais (GOLÇALVES NETO, 1997).

A distribuição de crédito foi proporcional à quantidade de terras dos beneficiários. Isso é possível de ser percebido pelo Índice de Gini (medida

do grau de concentração de uma distribuição qualquer, variando de zero a 1, em que o grau de concentração é determinado pelo distanciamento de zero). Em 1975 o Índice de Gini era de 0,855 na distribuição de terras e 0,808 na distribuição do crédito agrícola (PINTO, 1979 apud GOLÇALVES NETO, 1997). A política agrícola foi condicionada pela estrutura agrária e esclareceu o sentido da modernização conservadora: alterar a base técnica sem alterar a estrutura agrária. O 1% dos maiores contratos de crédito em 1975 dispunham de 44,9% das terras e 38,2% do crédito (GOLÇALVES NETO, 1997). Isso produziu distorções, que criaram uma modernização desigual, concentrando os estímulos nas mãos de uma minoria.

A estrutura fundiária desigual refletiu-se na estrutura do consumo produtivo. A desigualdade no acesso ao crédito ainda é grande. Isto é, a agricultura familiar, que no Brasil corresponde a 84,36% dos estabelecimentos, mas ocupa apenas 24% da área total agricultável, fica com 25,64% dos financiamentos (R\$40 bilhões, no conjunto de medidas, no plano safra da agricultura familiar 2014/15 e R\$ 156 bilhões ao Plano Safra Agrícola e Pecuário) (IBGE, 2006; Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/15; Plano Safra Agrícola e Pecuário 2014/15).

A política de créditos fartos e com juros baixos não se sustentou por muito tempo. A partir de 1978 teve início a retração do crédito disponível à agropecuária, provocando diminuição nos índices de adoção de inovações tecnológicas. Nessa época, a conjuntura internacional estava marcada pelas crises do petróleo (1973 e 1979), contração do crédito no sistema financeiro internacional (aumentando no Brasil a inflação e a dívida externa), elevação das taxas de juros, redução do fluxo de capitais para os países periféricos e, ao mesmo tempo, se iniciava a abertura política (HESPANHOL, R., 2010). O Estado deixou de ser, assim, o principal financiador da modernização da agricultura.

A década de 1990 foi marcada pela inserção do Brasil no mercado internacional, com a redução das tarifas de importação e a desvalorização da moeda no governo Collor, e a valorização do câmbio até 1999. Naquela década houve a estabilização da inflação e a saída do Estado como principal financiador da agricultura. Surgiram novas fontes de recursos, como a Cédula do Produtor Rural (criada em 1994), poupança rural, cooperativas, agroindústrias (de suínos e aves, por exemplo) e novos programas, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP), entre outros (GIMENES, R.; GIMENES, F. e GOZER, 2008).

Em 1972 diante das circunstâncias da modernização da agricultura, o Estado brasileiro criou, por meio da Lei n. 5.851, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Sua atuação abrigou pesquisas em novos cultivares (por produto e região), melhoria genética para a pecuária, controle

de pragas e moléstias enquanto o fornecimento de inovações mecânicas e físico-químicas foi dominado pelo grande capital industrial, fosse ele estatal, transnacional ou nacional privado. A pesquisa agropecuária brasileira privilegiou culturas exportáveis, em detrimento às destinadas ao mercado interno. Na safra 1978/79, na média nacional, um produto importante para o mercado interno como o feijão, foi plantado em apenas 4% de sua área total com sementes melhoradas, ao passo que soja e algodão foram plantados, respectivamente, em 70% e 50% (GOLÇALVES NETO, 1997).

Da mesma forma, a Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) se consolidaram no Brasil para servir a modernização do setor agropecuário. A estrutura brasileira de extensão rural foi criada em 1948, em Minas Gerais, com o Programa ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) através da relação entre o estado de Minas e a Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social (AIA), entidade fundada nos EUA em 1946, pela família Rockefeller. Nos anos 1950 várias entidades semelhantes foram criadas em diversos estados até a criação em 1956 da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Em 1974 a lei 6.126/74 extinguiu o sistema ABCAR e fundou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e as ACAR transformaram-se nas EMATER, com escritórios em cada estado. No final dos anos 1970, 14% dos trabalhadores rurais brasileiros eram atendidos. Naquela época o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) atingia 36% das empresas e latifúndios do país e apenas 4% das pequenas propriedades (GOLÇALVES NETO, 1997).

A EMBRATER foi extinta em 1990 e a ATER ficou a cargo do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento – MAPA a partir de 2001). Nos anos subsequentes à extinção, houve desorganização de todo o sistema oficial de ATER. Para ocupar o espaço deixado pela extinta EMBRATER, ainda em 1990 as instituições estaduais de ATER criaram a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) (LEITE, 2001).

Em 1993 criou-se o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), no âmbito do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA). Em 2000 houve a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o DATER, em 2003, foi incorporado à Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do referido Ministério. Em 2010 foi lançada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) (ASBRAER, 2015). Nos anos 1970, durante o auge da modernização da agricultura, tanto as pesquisas agropecuárias quanto a ATER atenderam preferencialmente às grandes propriedades.

A consolidação dos Complexos Agroindustrias (CAIs), agribusiness ou agronegócio está entre os impactos mais importantes da modernização da agricultura. A instalação dos CAIs redefiniu as relações entre agricultura e indústria. A agricultura passou a ser produtora de matérias-primas à indústria e consumidora de produtos industriais. Com sua ação foi possível a expansão da produção agrícola (tanto para o mercado interno quanto externo), a valorização do capital (insumos e produtos industriais ligados à agricultura), e o aumento das divisas, tanto pelo aumento das exportações, quanto pela economia ao substituir importações (GONÇALVES NETO, 1997). O Estado incentivou a produção via modernização da agricultura, elevando, conseqüentemente, a produção de insumos e a transformação de produtos agrícolas, permitindo a acumulação de capital no polo industrial.

De um modo geral, o Estado apoiou a expansão dos CAIs no Centro-Sul, fornecendo fartos créditos para a produção de matéria-prima agrícola para as indústrias e para a exportação, a liberação da mão de obra do campo às indústrias no período do “milagre” econômico (1968-1973) e a expansão da fronteira agrícola. Nos anos 1970 houve a incorporação de 70,7 milhões de hectares na área dos estabelecimentos, o mais elevado desde 1940 (BECKER e EGLER, 1994).

No auge da modernização da agricultura, nos anos 1970, houve a elevação da composição técnica nas maiores unidades de produção e a subordinação do setor aos interesses do capital industrial e financeiro.

A agricultura subordina-se e se integra às necessidades da produção industrial. Por um lado, grande parte de sua produção é destinada às indústrias demandantes de matérias-primas e, por outro, a indústria que produz para a agricultura tem no setor um cliente cativo. A agricultura adquire, desta forma, um papel relevante no processo de acumulação de capital destes setores industriais, que se apropriam de uma boa parte da mais-valia gerada pelo setor agrário. A agricultura se vê expropriada em duas frentes: numa, pela pressão dos preços dos produtos que necessita adquirir para a continuidade da produção e que tem origem industrial (máquinas, implementos, adubos, sementes, medicamentos veterinários, etc); e na outra, pelo controle e, às vezes, diminuição dos preços dos produtos que fornece para o mercado industrial. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 105).

Ao privilegiar determinadas regiões, produtores e produtos, a modernização da agricultura acabou não atingindo a todos os agricultores. Por exemplo, em 2006, apenas 27,2% dos estabelecimentos agropecuários consumiam fertilizantes químicos nas lavouras, 10,2% dos estabelecimentos agropecuários possuíam qualquer tipo de tratores, e somente 1,6% dos estabelecimentos agropecuários possuíam colheitadeiras (IBGE, 2006). São as

maiores propriedades, de modo geral, que possuem máquinas, equipamentos e demais insumos.

Para Becker e Egler (1994, p. 195) “[...] considerando em seu conjunto, boa parte da modernização conservadora da agricultura brasileira pode ser resumida na introdução e difusão do cultivo da soja no Brasil.” Em 1960, a área colhida foi de 171 mil hectares, produzindo 206 mil toneladas (20 sacas/ha). A área plantada em 2014 foi de 31,3 milhões de hectares, e estimativa de produção para 2015 de 95,5 milhões de toneladas (50,85 sacas/ha, aumento em 1.542%) (figura 9) (IBGE, 2015).

Outro efeito da modernização da agricultura foi a expansão de relações capitalistas de produção no campo, ao lado da manutenção do trabalho familiar. Para Oliveira (2007), a modernização da agricultura aconteceu no bojo do processo de desenvolvimento de um capitalismo mundializado, contraditório e combinado. Assim, ao mesmo tempo em que o modo de produção avançou, reproduzindo relações capitalistas (o assalariamento no campo, sobretudo nas grandes propriedades), ele produziu também, igual e contraditoriamente, relações não capitalistas ou familiares.



FIGURA 9. COLHEITA MECANIZADA DE SOJA.

FONTE: [HTTP://WWW.CEARPAMT.COM.BR/UPLOADS/13661699.JPG](http://www.cearpamt.com.br/uploads/13661699.jpg)

Outro efeito da modernização agrícola foi forçar a migração. Nos anos 1960, a expansão do capital industrial no campo provocou uma forte transferência de populações tanto para o meio urbano, quanto para as fronteiras agrícolas. Para Gonçalves Neto (1997), esse fenômeno deveu-se à mecanização, à substituição de culturas intensivas em mão de obra pela pecuária, à ampliação da legislação trabalhista no campo, ou mesmo, ao uso da violência.

Do Sul do Brasil houve fortes ondas de migração de agricultores expropriados. Eles migravam dentro do próprio Estado, dentro de uma macrorregião ou para outro Estado de outra macrorregião. São, por exemplo, agricultores familiares gaúchos, catarinenses, paranaenses que migraram para o Mato Grosso e Rondônia e demais estados do Norte, Centro-Oeste e Nordeste (FERNANDES, 2004).

Nesse período a expansão das grandes propriedades pelas fronteiras agrícolas da Amazônia e do Centro-Sul deu-se em inúmeros casos como reserva de valor e meio de acesso ao crédito. Ao mesmo tempo, a Amazônia legal, como fronteira agrícola, serviu a partir dos anos 1970, como o locus da recriação da pequena produção através de frentes de colonização (pequenos proprietários expropriados e excedentes populacionais) (SILVA, 1981).

Transformações tão intensas e em um curto período de tempo fizeram aumentar os problemas tanto no meio rural quanto no meio urbano. De acordo com Gonçalves Neto (1997), emergiram conflitos no campo, e agravaram-se as questões de moradia, emprego, miséria e violência nas cidades.

Ainda podem-se esclarecer os impactos de ordem ambiental decorrentes da modernização da agricultura no Centro-Sul do país. Apesar do aumento na produção e na produtividade, os custos ambientais foram grandes. O uso maciço do solo e de tecnologias não foi acompanhado de práticas de conservação do meio ambiente e as monoculturas e o uso indevido de fertilizantes químicos e inseticidas comprometeram a qualidade ambiental. Atualmente, a adoção de sistemas agrícolas menos intensivos, como o uso do plantio direto, por exemplo, não significa que o padrão tecnológico da Revolução Verde tenha perdido a hegemonia.

RESUMINDO:

- A distribuição e o acesso à terra no Brasil foram desiguais e tiveram início no período colonial, com as capitânicas hereditárias e as sesmarias;
- No início dos anos de 1960 surgiram as primeiras tentativas de distribuição de terras, mas que surtiram pouco efeito;
- No primeiro governo civil, pós-regime militar, o I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) previa assentar 1,4 milhão de famílias. Assentaram-se, de 1985 a 1989, 140 mil (10%) (OLIVEIRA, 2005);
- Ao todo, há no Brasil 9.255 assentamentos, 969.853 famílias assentadas e 88,3 milhões de hectares incorporados ao programa de reforma agrária (INCRA, 2013);
- No Brasil, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que correspondem a 0,91% dos proprietários, concentram 45% das áreas agricultáveis (IBGE, 2006);
- Entre 1995 e 2013, 696 pessoas foram assassinadas devido a conflitos no campo brasileiro (CPT, 1995 a 2013);
- Os movimentos sociais rurais, como o dos atingidos por barragens, os sem-terra, seringueiros, indígenas, entre outros, continuam se mobilizando por terra, melhores condições de trabalho, saúde e educação; e por uma estrutura fundiária mais justa;
- A modernização conservadora da agricultura brasileira a partir de 1960 contou com políticas agrícolas que atenderam, prioritariamente, aos grandes proprietários, a região Centro-Sul do país e aos produtos exportáveis;
- A utilização de máquinas, equipamentos e insumos e a criação do SNCR (1965), da EMBRAPA (1972) e da EMATER (1974) favoreceram a modernização da agricultura;
- A consolidação dos CAIS e as grandes migrações são consequências da modernização agrícola no Brasil.

Um final de inverno agradável (2015) no Terceiro Planalto Paranaense!

SOBRE OS AUTORES

PIERRE ALVES COSTA



Nascido no Rio de Janeiro. É Professor Adjunto C da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR); atuando nos cursos de graduação, especialização lato sensu e no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) – área de concentração: Gestão do Território. Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2009) – área de concentração: História Social. Foi professor da Rede Pública Municipal e Estadual do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia industrial, uso do território e dinâmica econômica, geografia da América Latina, geopolítica e história econômica. Publicou os livros Geografia Econômica: (re)leituras contemporâneas (2011) e A cidade do Petróleo: uma geo-história do refino de petróleo no Brasil (2012) e Geografia(s), sociedade e território: leituras na geografia humana (2013).

MARIO ZASSO MARIN



Natural de Nova Palma (RS). Formado em Geografia Licenciatura Plena (1997) e Bacharelado (2000) pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Realizou mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (2000) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2010). Trabalhou na educação básica do estado do Rio Grande do Sul (2000 a 2009), na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI – Campus de Erechim

- RS (2003 a 2009) e no Centro Universitário Dinâmica das Cataratas - Foz do Iguaçu - PR (2010 a 2013). Desde 2014 é professor do Departamento de Geografia na Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná - Unicentro. Desenvolve pesquisas na área de Geografia Agrária, sobretudo nos seguintes temas: jovens rurais, sucessão familiar, políticas públicas, pluriatividade na agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ALVES, José. E. D. Os 20 países mais populosos do mundo em 1950, 2010, 2050 e 2100. Ecodebate, Rio de Janeiro, 30/04/2013, p. 1-2.

ANTÔNIO, Armando P. O movimento social rural e o assentamento de camponeses. SPÓSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (Orgs.). Uma Geografia em movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ARAÚJO, Tânia B. Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais. In: SADER, Emir. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013, p. 157-171.

BALÁN, J. Migraciones e desarrollo capitalista en el Brasil: ensaio de interpretación histórico-comparativa. Migración y desarrollo, CLACSO, 1974.

BAUER, Guilherme G. Télles. Sobre as Origens da Questão Agrária Brasileira. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 3, n.1, p. 135-166, 1998.

BECKER, Bertha. K. e EGLER, Claudio. A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994 (2ª ed.).

BELONI, Belmiro M. Descentralização territorial da educação profissional e tecnológica no Paraná: determinante de desenvolvimento local? Guarapuava, 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Guarapuava: UNICENTRO/PPGG, 2014.

BENJAMIN, César. O longo prazo chegou. Piauí, São Paulo. Agosto de 2013, p. 32-33.

BERQUÓ, Elza. Evolução demográfica. In: Sachs, I. Et alli (org.). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 14-37.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Implantação de projetos. Área incorporada ao Programa de Reforma Agrária. DT/Gab-Monitoria – Sipra, 2003.

_____. Lei n. 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/legislacao.php>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

CARTER, Miguel. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e a democracia no Brasil. Agrária, São Paulo, n. 4, 2006.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University, 2004.

CONTAG. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 2015. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/index.php?action=1>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

COSTA, Pierre. Políticas (públicas) territoriais no Brasil: uma visão preliminar. In: JORNADA DO HISTEDBR, 6, 2005. Anais... Campinas: FE, 2005, em CD.

_____. Duque de Caxias (RJ) - de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970. Niterói, 2009. Tese (Doutorado em História) - Niterói: UFF/PPH, 2009.

COSTA, Wanderlei M. da. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1998.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. 2.ed. São Paulo: Paz e terra, 2004.

EGLER, Claudio A. G. As Américas: singularidades de um continente plural. In: OLIVEIRA, Márcio P. de et al (orgs.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I). Rio de Janeiro: Lamparina/ANPEGE/FAPERJ, 2008, p. 142-167.

_____. Crise e integração regional na América do Sul. In: MENDONÇA, Francisco et al (orgs.). Espaço e Tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMAN, 2009, p. 661-673.

FARO, Clovis de e SILVA, Salomão L. Q. da. A década de 1950 e o programa de metas. In: GOMES, Ângela de C. O Brasil de JK. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 67-105.

FERNANDES, Bernardo M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Revista de Cultura Vozes, v. 93, n. 2, 1999.

FURTADO, Celso. Brasil: a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GIMENES, Régio Márcio T.; GIMENES, Fátima P.; GOZER, Isabel C. Evolução do crédito rural no Brasil e o papel das cooperativas agropecuárias no financiamento dos produtores rurais. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, XLVI, jul., 2008.

GONÇALVES, Carlos W. P.; ALENTEJANO, Paulo R. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. Conflitos no campo Brasil, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e a agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980. São Paulo, 1997.

HESPAHOL, Antônio Nivaldo. Da “Revolução Verde” ao desenvolvimento territorial. SPÓSITO, Eliseu Savério; SANT’ANNA NETO, João Lima (Orgs.). Uma Geografia em movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HESPAHOL, Rosângela A. de Medeiros. Trajetórias recentes das políticas direcionadas ao meio rural brasileiro. SPÓSITO, Eliseu Savério; SANT’ANNA NETO, João Lima (Orgs.). Uma Geografia em movimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HOBBSAWN, Eric. A era do capital – 1848-1875. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acesso em: 20 fev. 2015.

INQUIETAÇÃO em Brasília. Correio riograndense, Caxias do Sul, ano 106, n. 5.429, jan. 2015. p. 12.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Levantamento sistemático da produção agrícola. Jan. 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201501_2.shtm>. Acesso em: 19 fev. 2015.

LEITE, Sérgio. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

LEOPOLDI, Maria A. P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-54). In: GOMES, Angela. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 161-203.

_____. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, Ângela de C. O Brasil de JK. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 107-142.

MAGALHÃES, Marisa. V. e CINTRA, Anael. Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios. Curitiba: IPARDES, 2010. (Nota Técnica, n.14).

MARTINE, George. O mito da explosão demográfica. Ciência Hoje, São Paulo, mar./1989, p. 28-35.

MELO, H., OLIVEIRA, A. e ARAÚJO, J. O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-94). In: GOMES, Ângela de C. Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 225-256.

MENDONÇA, Sônia. R. de. Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, MDA. 2015. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acesso em: 08 mar. 2015.

MOREIRA, Morvan de M. Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro. S/ data. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/docs/textpop.html>. Acesso em 03/06/2015.

MOREIRA, Ruy. Formação do espaço agrário brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Ascensão e crise de um paradigma disciplinar. In: MOREIRA, Ruy (org.). A reestruturação industrial e espacial do estado do Rio de Janeiro. Niterói: NERET/NEGET/GECCEL, 2003, p. 139-169.

MOURA, Rosa e MAGALHÃES, Marisa V. Leitura do padrão de urbanização do Paraná nas duas últimas décadas. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 88, mai./ago. 1996, p. 3-21.

MOURA, Rosa. Configurações territoriais no estado do Paraná – 2010. In: Anais do VI SimpGEO. Guarapuava: Unicentro, 2012, p. 20-37.

NEVES, Erivaldo F. Sesmarias em Portugal e no Brasil. Politeia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. Estudos Avançados, v. 15, n. 43, 2001.

- _____. Agricultura brasileira: transformações recentes. Geografia do Brasil. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. CARLOS, Ana Fani A. (Org.). Novos caminhos da Geografia. 5. ed., São Paulo: Contexto, 2007.
- PETRY, André. Parado por 500 anos. VEJA, São Paulo, 16 abr. 1997. Edição 1.491. p. 50-51.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Luiz C. M. O casamento das elétricas capixabas: um estudo da história da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A – 1951-1968. Tese (Doutorado em História) - Niterói: Programa de Pós-Graduação em História/UFF, 2003.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, nº 54, jun. 1977, p. 81-99.
- SANTOS, Milton. e SILVEIRA, María. L. O Brasil – território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHERER-WARREN, Ilse e REIS, Maria José. Do local ao global: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e sua articulação em redes. In: Anais do ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2., e ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1., Salvador, 2007.
- SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SPOSITO, Eliseu. S. Redes e cidades. São Paulo: UNESP, 2008.
- SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- TERRAS Indígenas: o que é? Fundação Nacional do Índio – Funai. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-acoes/demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 01 mar. 2015.
- TOLEDO, Caio N. de. ISEB, fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1978.
- UNHCR. Relatório World at war. Genebra: UNHCR, 2015. Disponível em http://unhcr.org/556725e69.html#_ga=1.37511136.1572255887.1434635664. Acesso em 18/06/2015.